1 Contexto operacional

A Marcopolo S.A. ("Marcopolo") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 abrangem a Marcopolo e suas controladas, controladas em conjunto e investimentos em coligadas (denominadas "Companhia").

A Marcopolo tem por objeto a fabricação e comércio de ônibus, veículos automotores, carrocerias, peças, máquinas agrícolas e industriais, importação e exportação, podendo ainda participar de outras sociedades.

A Marcopolo tem suas ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) sob as siglas "POMO3" e "POMO4" e está listada no segmento de governança corporativa nível 2.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.1 Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2020.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor que, no caso de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo conforme Nota 2.6.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 2.2 (a, ii) Controladas;
- Nota explicativa 2.2 (a, iv) Investimentos em empresas com negócios em conjunto (*Joint venture Joint operation*);
- Nota explicativa 2.23 (a) Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro
- Nota explicativa 9 Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa 18 Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários;
- Nota explicativa 20 Impostos diferidos.

(d) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC – 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

2.2 Base de consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Participação de acionistas não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(ii) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia.

A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício (Nota 2.11).

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre empresas da Companhia, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(iv) Investimentos em empresas com negócios em conjunto (*joint venture – joint operation*)
Negócios em conjunto podem ser classificados como uma operação em conjunto (*joint operation*) ou um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*).

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos, têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) é um negócio em conjunto que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos dos contratos e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

(v) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Subsequentemente, essa participação é contabilizada através da utilização da equivalência patrimonial em associadas ou pelo custo ou valor justo em um ativo disponível para venda, dependendo do nível de influência retido.

(vi) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 2.11 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(vii) Correção monetária por hiperinflação – IAS 29 (CPC 42)

Com inflação acumulada superior a 100% nos últimos três anos na Argentina, a aplicação da IAS 29 (CPC 42) — Contabilidade em economia hiperinflacionária — passou a ser requerida no exercício de 2018. De acordo com a norma, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de investidas que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

A Companhia efetuou a correção monetária na sua controlada Metalsur e sua controlada em conjunto Loma, sediadas na Argentina. Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico e o patrimônio líquido foram atualizados pela inflação. Os impactos da correção monetária foram registrados como ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, no montante de R\$ 2.924 (R\$ 24.308 em 2018) e na demonstração do resultado consolidado no montante de R\$ 7.890 (R\$ 4.947 em 2018) na rubrica de equivalência patrimonial.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Marcopolo e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

Controladas	Denominação	Moeda funcional	País
Apolo Soluções em Plásticos Ltda.	Apolo	Reais	Brasil
Banco Moneo S.A.	Banco Moneo	Reais	Brasil
Ciferal Indústria de Ônibus Ltda.	Ciferal	Reais	Brasil
Ilmot International Corporation.	Ilmot	Dólar Americano	Uruguai
Marcopolo (Changzhou) Bus Manufacturing Co;Ltd.	MBC	Renminbi	China
Marcopolo Austrália Holdings Pty Ltd.	MP Austrália	Dólar Australiano	Austrália
Marcopolo Auto Components Co.	MAC	Renminbi	China
Marcopolo Canadá Holdings Corp.	MP Canadá	Dólar Canadense	Canadá
Marcopolo International Corp.	MIC	Dólar Americano	Ilhas Virgens
Marcopolo Middle East and Africa FZE	MP Middle East	Dirham	Emirados Árabes
Marcopolo South África Pty Ltd.	Masa	Rande	África do Sul
Marcopolo Trading S.A.	Trading	Reais	Brasil
Metalsur Carrocerias S.R.L.	Metalsur	Peso Argentino	Argentina

Moneo Investimentos S.A. Neobus Chile SPA. NewRoad México S.A. de C.V. Pologren Austrália Pty Ltd. Polomex S.A. de C.V. Rotas do Sul Logística Ltda. San Marino Bus de México S.A. de C.V. San Marino Ônibus Ltda. Syncroparts Comércio e Distribuição de Peças Ltda.	Moneo Neobus Chile NewRoad Pologren Polomex Rotas do Sul San Marino México San Marino Syncroparts	Reais Peso Chileno Peso Mexicano Dólar Australiano Dólar Americano Reais Peso Mexicano Reais Reais	Brasil Chile México Austrália México Brasil México Brasil Brasil Brasil
Volare Comércio e Distribuição de Veículos e Peças Ltda.	Volare Comércio	Reais	Brasil
Volare Veículos Ltda.	Volare Veículos	Reais	Brasil
Volgren Austrália Pty Ltd.	Volgren	Dólar Australiano	Austrália
Controladas em conjunto	Denominação	Moeda funcional	<u>País</u>
Kamaz Marco LLC.	Kamaz	Rublo	Rússia
Loma Hermosa S.A.	Loma	Peso Argentino	Argentina
Metalpar S.A.	Metalpar	Peso Argentino	Argentina
Superpolo S.A.	Superpolo	Peso Colombiano	Colômbia
Tata Marcopolo Motors Limited.	TMML	Rúpia	Índia
Coligadas	Denominação	Moeda funcional	País
GB Polo Bus Manufacturing S.A.E.	GB Polo	Libra Egípcia	Egito
Mercobus S.A.C.	Mercobus	Novo Sol	Peru
New Flyer Industries Inc.	New Flyer	Dólar Americano	Canadá
Spheros Thermosystems Colômbia Ltda.	Spheros Colômbia	Peso Colombiano	Colômbia
Valeo Climatização do Brasil – Veículos Comerciais S.A.	Valeo	Reais	Brasil
Valeo Thermal Commercial Vehicles México, SA CV	Valeo México	Peso Mexicano	México
WSul Espumas Indústria e Comércio Ltda.	WSul	Reais	Brasil

2.5 Moeda estrangeira

(a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- instrumentos financeiros (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são transferidas para o resultado);
- passivo financeiro designado como *hedge* do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que o *hedge* é efetivo; e
- um *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo.

(b) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma operação no exterior (controlada, coligada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor acumulado em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado como parte do resultado na alienação. Quando a alienação é de apenas uma parte do investimento de uma controlada que inclua uma operação no exterior, de forma que o controle seja mantido, a parcela correspondente de tal valor acumulado é reatribuída à participação dos acionistas não controladores. Em quaisquer outras alienações parciais de operação no exterior, a parcela correspondente à alienação é reclassificada para o resultado.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL" – Fair Value Through Profit or Loss), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI" – Fair Value through Other Comprehensive Income) e ao custo amortizado.

2.6.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.2 Ativos financeiros não derivativos – mensuração

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

(b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

2.6.3 Passivos financeiros não derivativos – mensuração

(a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

(b) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

2.6.4 Recompra e reemissão de ações – Ações em Tesouraria

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

2.6.5 Redução ao valor recuperável impairment

(a) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram aumento significativo no risco de crédito inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(c) Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.7 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "receitas (despesas) financeiras".

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*.

2.9 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

2.10 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa nova mensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda por redução ao valor recuperável anterior na propriedade específica, qualquer

ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio na reserva de ajuste de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Anos
Edificações	40-60
Máquinas	10-15
Veículos	7-8
Móveis, utensílios e equipamentos	5-12

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.11 Ativos intangíveis e ágio

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil de até 5 anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- . a administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- . o *software* pode ser vendido ou usado;
- . o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- . estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- . o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

(d) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(e) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

(f) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(g) Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.12 Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é mensurada pelo custo amortizável.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros

acumulados.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Contas a receber de clientes compostos pela venda a prazo para clientes da Companhia com baixo risco de crédito. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 100% da CDI mensal para clientes mercado interno e a taxa a mercado dos adiantamentos de contrato de câmbio para os clientes mercado externo. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente; e
- Contas a pagar a fornecedores compostos por compra a prazo de fornecedores da Companhia. A
 Companhia realizou cálculo do valor presente utilizando as mesmas premissas utilizadas para
 contas a receber.

2.16 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.17 Provisão para garantias

Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação as probabilidades associadas.

2.18 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido no exercício, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A companhia avaliou os efeitos da interpretação técnica IFRIC 23/ICPC 22 conforme descrito na Nota 2.23.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social - corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social - diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.19 Benefícios de pensão e pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

(i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço;

- (ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (iii) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção;
- (iv) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício;
- (v) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos.

Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

2.20 Capital social

Ações ordinárias

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

A distribuição de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Marcopolo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Marcopolo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

2.21 Reconhecimento da receita

A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a entidade possui um direito presente de pagamento pelo ativo; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) a entidade transferiu a posse física do ativo; (iv) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (v) o cliente aceitou o ativo. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas.

(a) Venda de ônibus

O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os carros tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os carros de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, e são descontadas ao valor presente.

2.22 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita e despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro;
- perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber);
- ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado; e
- reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica os juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

2.23 Normas, alterações e interpretações de normas

Normas, alterações e interpretações de normas existentes que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2019:

(a) IFRIC 23 - (ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)

A interpretação técnica trata da contabilização dos tributos sobre o lucro quando existir incerteza sobre a aceitabilidade de certo tratamento tributário. Se a entidade concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade deve refletir o efeito da incerteza na determinação do lucro tributável.

A Companhia analisou e concluiu que os tratamentos fiscais tomados são de provável aceitação perante as autoridades fiscais. A interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(b) IFRS 16 - Leases (CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil)

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1), e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.

(i) Transição

A Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 *Leases* (Arrendamento Mercantil), a partir de 1° de janeiro de 2019, com aplicação inicial da norma através da abordagem de transição simplificada. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 06 (R2) (IFRS 16) ao período comparativo apresentado.

As alterações nas práticas contábeis resultantes da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 foram aplicadas aos ativos de direito de uso como parte do ativo imobilizado (Nota 14) e os passivos de arrendamento como empréstimos e financiamentos (Nota 17) no balanço patrimonial.

A aplicação dos requerimentos do CPC 06 (R2)/IFRS 16 *Leases* (Arrendamento Mercantil) resultaram na constituição de um ativo de direito de uso no valor de R\$ 2.193 na controladora e R\$ 33.529 no consolidado e um passivo de arrendamento.

(ii) Identificação do arrendamento

A Companhia não possuía contratos de arrendamento anteriormente classificados seguindo os princípios do IAS 17 – Arrendamentos. Estão sendo utilizadas as seguintes isenções de reconhecimento:

- Contabilização de arrendamentos operacionais de curto prazo (menos de 12 meses);
- Contabilização de arrendamentos operacionais cujo ativo subjacente seja de baixo valor;

A Companhia não possui ativos de direito de uso que se enquadram na definição de propriedades para investimento.

(iii) Prazo de arrendamento

Os contratos de arrendamento são negociados individualmente. A Companhia avaliou o prazo do contrato, bem como a intenção de permanência nos imóveis para definição do prazo de arrendamento. O prazo de arrendamento dos contratos vigentes em 31/12/2019 é de 3 a 10 anos.

(iv) Mensuração inicial

A Companhia aplicou expediente prático da norma no qual o ativo de direito de uso corresponde ao passivo de arrendamento descontado utilizando a taxa de juros incremental na data de transição. A Companhia utilizou como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo objeto de arrendamento, por prazo e cenários econômicos semelhantes. A Companhia apurou a sua taxa de desconto com base nas taxas de juros livre de riscos observadas no mercado brasileiro, ajustadas a realizada da Companhia. A taxa média ponderada de desconto é 6,40% a.a., para os contratos de até 10 anos.

(v) Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial, os valores registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com os critérios do CPC 27 – Ativo imobilizado, na depreciação do ativo de direito de uso e corrigida qualquer remensuração do passivo de arrendamento quando aplicável.

(vi) Ativos de direito de uso

As taxas de depreciação utilizadas são as taxas equivalentes ao grupo de ativos subjacentes semelhantes conforme Nota 14.

(vii) Passivos de arredamento

Os passivos de arrendamento estão demonstrados na Nota 17 (d).

3 Combinação de negócios - aquisição de controlada

Em 17 de julho de 2019, a Companhia comunicou a aquisição, por USD 9,0 milhões, correspondente a R\$ 34.002, a participação de 49% na empresa argentina Metalsur Carrocerias S.R.L e, por meio de reorganização societária, passou a deter, direta e indiretamente, 70% do capital social desta sociedade. Objetivando obter o controle direto e indireto da Metalsur a Companhia efetuou a troca de participação de 5,01% na empresa Metalsur, por 1,00% da controlada em conjunto Loma e assinou acordo de acionista mantendo a proporção de 50% de cada uma das partes na Loma e Metalpar. Desta forma o percentual de participação direta na Metalsur é de 43,99% e 26,01% de forma indireta.

No processo de aquisição do investimento, conforme laudo de avaliação do negócio elaborado por especialistas, foi apurado um ágio no montante de R\$ 49.092 após a Alocação do Preço de Compra de R\$ 41.111 da Mais Valia e um passivo fiscal diferido no montante de R\$ 8.138.

(a) A soma dos valores dos ativos líquidos adquiridos, resultaram nos seguintes montantes:

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	R\$ mil
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	3.383
Clientes	4.781
Estoques	10.444
Outros	402
Não circulante	
Outros ativos	55
Imobilizado	11.450
Intangível	212
Total do Ativo	30.727
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	(1.700)
Empréstimos e financiamentos	(110)
Outros	(2.458)
Total do Passivo	(4.268)
Ativos líquidos de passivos	
Participação – direta	26.459
Participação – indireta	(10.367)
Patrimônio Líquido adquirido	16.092

(b) Ágio

O ágio reconhecido como resultado da aquisição, já considerando a participação indireta anterior que a companhia possuía na Metalsur, foi determinado conforme segue:

	R\$ Mil
Contraprestação transferida	83.117
Contraprestação por conta de participação societária (i)	23.178
Patrimônio líquido adquirido	16.092
Mais valia de ativos	
Tangíveis	29.890
Intangíveis	19.359
Imposto de renda e contribuição social diferido	(8.138)
Ágio - Goodwill	49.092

⁽i) Conforme contrato firmado entre as partes, a Companhia possui opção de compra, bem como a outra parte possui opção de venda, dos 30% remanescente da Metalsur calculado de acordo com o contrato e trazido a valor presente.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

(a) Perda (impairment) estimada do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a prática contábil apresentada na Nota 2.11. Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 15).

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países.

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações, pois os seus ativos e passivos estão atrelados à volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano.

Como estratégia para prevenção a redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tem adotado a política de manter *hedge* natural com a manutenção de ativos vinculados suscetíveis também à variação cambial.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possuía ativos, passivos e *forwards* denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Empréstimos	Forwards
Moedas				_
Dirhams	1.083	754	-	-
Dólares americanos	336.414	39.110	663.050	111.940
Dólares australianos	39.836	37.682	149.643	990
Pesos argentinos	15.590	5.254	50	-
Pesos chilenos	-	4.983	-	-
Randes sul-africanos	12.501	-	667	4.494
Renminbis chineses	14.040	11.616	30.096	
	419.464	99.399	843.506	117.424

Consolidado

2018

	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Empréstimos	Forwards
Moedas			<u> </u>	
Dirhams	167	295	-	-
Dólares americanos	390.502	15.941	664.560	151.411
Dólares australianos	55.489	40.892	136.860	1.165
Pesos chilenos	-	983	49	-
Randes sul-africanos	39.689	2.924	3.363	9.627
Renminbis chineses	6.736	10.123	32.736	
	492.583	71.158	837.568	162.203

(ii) Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia são suscetíveis a perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(iii) Risco de preço de vendas e compras

Considerando-se que as exportações são equivalentes a 31,9% das receitas previstas para 2020, a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá alterar os resultados planejados pela Administração.

De outro lado, as compras de matérias-primas consideradas *commodities* representam aproximadamente 21% do total das compras e desta forma sujeita a Companhia aos efeitos das oscilações nos preços de mercado destes itens.

Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente a evolução de preços.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas

ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A Companhia possui ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 42.528 (controladora) e R\$ 140.740 (consolidado) em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 53.939 e R\$ 151.705 em 31 de dezembro de 2018) representativos de 10,4% e 10,3%, respectivamente, do saldo de contas a receber da controladora e do consolidado em aberto (8,9% e 9,4%, em 31 de dezembro de 2018), a qual foi constituída para fazer face ao risco de crédito.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

	-				Consolidado
	<u>-</u>				2019
	-			Fluxo de ca	ixa contratual
	Valor contábil	Total	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	1.802.825	1.892.362	630.203	1.080.227	181.932
Fornecedores	377.527	377.527	377.527	-	-
Passivos financeiros derivativos					
Instrumentos financeiros derivativos	548	548	548	-	-
					Consolidado
					2018
	-			Fluxo de ca	ixa contratual
	Valor contábil	Total	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	1.934.160	2.175.322	833.990	1.174.668	166.664
Fornecedores	418.247	418.247	418.247	-	-
Passivos financeiros derivativos					
Instrumentos financeiros derivativos	48	48	48	-	-

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de 12 meses, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações financeiras. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados que, caso ocorram, possam gerar resultados adversos para a Companhia, sendo o cenário II uma possível deterioração de 25% e o cenário III uma deterioração de 50%, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08.

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Cenário provável (Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
1 CHIBSUS	Dictios das contas sobie o resultado	(Cenario I)	(Cenario II)	(Centario III)
CDI - %		4,30	5,38	6,45
TJLP - %		4,75	5,94	7,13
Taxa cambial - US\$		4,10	5,13	6,15
Taxa cambial - Euro		4,40	5,50	6,60
LIBOR - %		1,90	2,38	2,85
Custo do ACC deságio - %		3,10	3,88	4,65
	Aplicações financeiras	28.308	35.624	42.734
	Relações interfinanceiras	79.112	87.634	96.156
	Empréstimos e financiamentos	(93.948)	(264.802)	(437.114)
	Forwards	85	(3.215)	(6.177)
	Contas a receber subtraído do contas a pagar	6.058	94.897	183.735
	Ganho/(Perda)	19.615	(49.862)	(120.666)

5.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao gerenciar capital é de resguardar a habilidade de sua continuidade operacional, para garantir retorno aos acionistas, mantendo uma estrutura otimizada de capital para reduzir custos de capital.

Visando a sustentabilidade e perpetuação das atividades, além dos aspectos sociais e ambientais, a Companhia enfatiza os resultados econômico-financeiros, que resultam em agregação de valor ao negócio e retorno aos acionistas. Para acompanhamento do desempenho foi adotada, a partir de 2001, a metodologia denominada Gestão de Valor Agregado (GVA), a qual direciona o foco das ações operacionais em que resultem em superior desempenho financeiro. Esse programa treinou o pessoal no desenvolvimento e uso de instrumentos de aferição e controle do atingimento das metas, facilitando a simulação e análise da eficiência na gestão do capital de giro e dos efeitos de novos investimentos na rentabilidade da Companhia. Concomitantemente, a Marcopolo adotou os conceitos do BSC (Balanced Score Card) que traduz a estratégia de cada unidade em objetivos, direcionadores, metas e planos de ação, os quais são monitorados e gerenciados com frequência. As ferramentas relacionadas aos objetivos são: WACC (Weighted Average Cost Of Capital), Dívida líquida/EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) e Relação Dívida/Patrimônio Líquido. Nos últimos anos, esses indicadores chave foram:

WACC - entre 8% e 12% a.a. Dívida Líquida/EBITDA - entre 1,50x e 2,50x Relação Dívida/Patrimônio Líquido - entre 25% e 80%

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e 2018 podem ser assim sumariados (Nota 30):

	Consolidado		Segmento Industrial		Segmento Financeio	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Total dos empréstimos	1.802.825	1.934.160	1.317.002	1.488.852	485.823	445.308
Instrumentos financeiros derivativos	548	48	548	48	-	-
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(1.074.622)	(863.467)	(1.057.258)	(833.839)	(17.364)	(29.628)
Menos: aplicações financeiras	(98.314)	(89.928)	(98.314)	(89.928)	-	-
Menos: instrumentos financeiros derivativos	(1.849)	(1.453)	(1.849)	(1.453)		
Dívida líquida (A)	628.588	979.360	160.129	563.680	468.459	415.680
Total do patrimônio líquido (B)	2.358.412	2.134.631	2.132.757	1.908.816	225.655	225.815
Índice de alavancagem financeira - % (A/B)	27	46	8	30	208	184

5.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- . Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); e
- . Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os quais foram integralmente classificados no nível 2:

		Consolidado
	2019	2018
Ativos		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
- Derivativos para negociação	1.849	1.453
- Partes relacionadas	51.646	13.260
- Certificados de depósitos bancários	98.314	89.928
	151.809	104.641
Passivos		
Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado		
- Derivativos para negociação	548	48
	548	48

5.4 Outros fatores de risco

A Companhia, por iniciativa do Conselho de Administração, poderá efetuar procedimentos de avaliação interna sempre que fatores externos ou internos indiquem a possibilidade de que distorções nas demonstrações financeiras tenham ocorrido. Tais procedimentos são realizados de forma independente, com ou sem apoio de especialistas externos, e seus resultados são reportados ao Conselho de Administração.

6 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

- (i) Aplicações financeiras As aplicações financeiras são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais; e
- (ii) Derivativos Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de pedidos em carteira e exposição contra os riscos de flutuação nas

taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

(b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

- (i) Caixa e equivalente de caixa Os saldos em contas correntes mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis, considerando as suas características e vencimentos;
- (ii) Contas a receber de clientes Valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços; e
- (iii) Partes relacionadas Representada por empréstimos de mútuo.

(c) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

(i) Derivativos - Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de pedidos em carteira e exposição contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

(d) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

(i) Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, apurada pelo método do fluxo de caixa descontado, pode ser assim sumariada:

				Consolidado	
		2019		2018	
Natureza do ativo	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado	
Empréstimos e financiamentos	1.802.825	1.793.233	1.934.160	1.877.767	

(ii) Fornecedores – Representado por valores a pagar por compra de mercadorias e serviços.

Os quadros abaixo demonstram a classificação dos instrumentos financeiros conforme a IFRS 9:

						Controladora
			2019			2018
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Total	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Total
Ativos				·		
Caixa e equivalentes de caixa	-	644.493	644.493	-	653.573	653.573
Aplicações financeiras	98.314	-	98.314	89.928	-	89.928
Contas a receber de clientes	-	365.242	365.242	-	553.646	553.646
Instrumentos derivativos ativos	24	-	24	417	-	417
Passivos						
Empréstimos	-	907.307	907.307	-	1.009.129	1.009.129
Instrumentos derivativos passivos	170	-	170	-	-	-

			2019				
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Total	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Total	
Ativos	<u> </u>			<u> </u>			
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.074.622	1.074.622	-	863.467	863.467	
Aplicações financeiras	98.314	-	98.314	89.928	-	89.928	
Contas a receber de clientes	-	1.223.790	1.223.790	-	1.101.973	1.101.973	
Instrumentos derivativos ativos	1.849	-	1.849	1.453	-	1.453	
Passivos							
Empréstimos	-	1.802.825	1.802.825	-	1.934.160	1.934.160	
Instrumentos derivativos passivos	548	-	548	48	-	48	

(e) Instrumentos financeiros derivativos

O quadro a seguir apresenta uma estimativa do valor de mercado de nossa posição com os contratos de NDFs e *Forward*. Os ganhos e perdas não realizados nas operações com derivativos são registrados (se perda) na rubrica de instrumentos financeiros derivativos ou (se ganho) em instrumentos financeiros derivativos e a contrapartida no resultado na rubrica de receitas ou despesas financeiras - variação cambial, respectivamente.

Ativos

					Valor nocional		Valor justo		Valores a receber
Empresa	Contraparte	Posição	Inicial	Final	2019	2019	2018	2019	2018
<u>Marcopolo</u>	BRADESCO SANTANDER FIBRA	Venda Venda Compra	30.12.19	20.02.20	<u>USD mil</u> 6.390		49 198 170	24	49 198 170
						24	417	24	417
<u>Masa</u>	STD	Compra			USD mil		183		183
							183		183
<u>Ciferal</u>	BRADESCO	Venda	28.11.19	26.02.20	<u>USD mil</u> 1.104	246		246	
						246		246	
San Marino	BRADESCO FIBRA	Venda Venda	09.10.19 06.11.19	10.03.20 12.03.20	USD mil 8.220 2.700	1.105 425		1.105 425	<u>-</u>
						1.530	<u>-</u>	1.530	-
MP Austrália	WESTERN UNION	Compra	11.12.19	09.01.20	USD mil 84	13	612	13	612
	CITIBANK	Compra	18.12.19	09.01.20	CHF mil 100	13	-	13	-
	CITIBANK	Compra	11.12.19	09.01.20	SGD mil 78	12	121	12	121
	СВА	Compra			CNY mil		119		119
						38	852	38	852

<u>Polomex</u>	Banco Monex	Compra	13.12.19	12.02.20	USD mil 500	11 11 1.849	1.453	11 11 1.849	1.453
Passivos					Valor nocional		√alor justo		Valores a pagar
Empresa	Contraparte	Posição	Inicial	Final	2019	2019	2018	2019	2018
<u>Marcopolo</u>	BRADESCO	Compra	26.12.19	28.01.20	<u>USD mil</u> 4.896	(170)	<u> </u>	(170)	
						(170)	<u>-</u>	(170)	<u>-</u>
<u>Ciferal</u>	BRADESCO	Venda	30.12.19	30.06.20	<u>USD mil</u> 3.645	(45)		(45)	
						(45)	<u>-</u>	(45)	<u> </u>
San Marino	FIBRA	Venda	31.10.19	09.01.20	USD mil 750	(3)	-	(3)	<u>-</u>
						(3)	<u> </u>	(3)	
MP Austrália	CITIBANK	Compra			CNY mil		(6)		(6)
						<u>-</u>	<u>(6)</u>	<u>-</u>	(6)
<u>Masa</u>	STD	Compra	01.11.19	28.02.20	<u>USD mil</u> 1.115	(236)	(42)	(236)	(42)
						(236)	(42)	(236)	(42)
Polomex	Banco Monex Banco Monex	Compra Venda	13.12.19 13.12.19	14.02.20 12.02.20	USD mil 1.000 1.000	(62) (32)	<u>-</u> <u>-</u>	(62) (32)	- -
						(94)	<u> </u>	(94)	<u>-</u>
						(548)	(48)	(548)	(48)

A Marcopolo auferiu ganhos e perdas com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 conforme abaixo:

			Ganhos/pero	las realizados	
	Juros sobre	e derivativos	Variação Cambial sobre derivativos		
	2019	2018	2019	2018	
Marcopolo	(309)	4.149	4.604	(17.032)	
Ciferal	159	742	(306)	(5.263)	
San Marino	762	808	(1.637)	(7.495)	
Masa	-	-	552	(2.651)	

7 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Marcopolo S.A. e suas controladas, a seguir relacionadas:

(a) Controladas

					Percentual	de participação	
			2019		2018		
	<u>Direta</u>	Indireta	Não controladores	Direta	Indireta	Não controladores	
Apolo	65,00	-	35,00	65,00	-	35,00	
Banco Moneo	-	100,00	-	-	100,00	-	
MP Middle East	100,00	-	-	100,00	-	-	
Ciferal	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-	
Ilmot	100,00	-	-	100,00	-	-	
MAC	100,00	-	-	100,00	-	-	
MBC	100,00	-	-	100,00	-	-	
MIC	100,00	-	-	100,00	-	-	
Masa	100,00	-	-	100,00	-	-	
Metalsur	43,99	26,01	30,00	-	-	-	
Trading	99,99	-	0,01	99,99	-	0,01	
Moneo	100,00	-	-	100,00	-	-	
MP Austrália	100,00	-	-	100,00	-	-	
MP Canadá	100,00	-	-	100,00	-	-	
Pologren (1)	-	100,00	-	-	100,00	-	
Volgren (1)	-	100,00	-	-	100,00	-	
Polomex	3,61	70,39	26,00	3,61	70,39	26,00	
San Marino	99,90	0,10	-	99,90	0,10	-	
Rotas do Sul (2)	-	100,00	-	-	100,00	-	
San Marino México (2)	-	100,00	-	-	100,00	-	
NewRoad (2)	-	100,00	-	-	100,00	-	
Neobus Chile (2)	-	100,00	-	-	100,00	-	
Syncroparts	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-	
Volare Veículos	99,90	0,10	-	99,90	0,10	-	
Volare Comércio	99,90	0,10	-	99,90	0,10	-	

- (1) Consolida na MP Austrália.
- (2) Consolida na San Marino.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, merecem destaque as seguintes práticas:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de dificuldades na recuperação dos ativos relacionados;
- (d) Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado; e
- (e) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto (não consolidados)

	Percentual de participação					
		2019	2018			
	Direta	Indireta _	Direta	Indireta		
Loma (*)	51,00	-	50,00	_		
Metalpar	1,00	49,00	1,00	49,00		
Metalsur	-	-	-	25,50		
Kamaz	50,00	-	50,00	-		
Superpolo	20,61	29,39	20,61	29,39		
TMML	49,00	-	49,00	-		

O montante dos principais saldos das demonstrações financeiras dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

		Ativo		Passivo Receita líquida		ita líquida	Lucro (prejuízo)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Kamaz	779	634	2.003	1.798	394	236	126	(730)
Superpolo TMML	347.629 220.814	286.801 219.539	212.796 142.463	188.883 150.406	407.721 364.744	249.437 371.613	45.628 7.973	17.933 11.353

^(*) A companhia apresentava os valores relevantes correspondentes a operação da Metalsur, que passou a ser consolidada na Marcopolo S.A. a partir de julho de 2019.

(c) Coligadas (não consolidadas)

	Percentual de participação					
		2019	2018			
	<u>Direta</u>	Indireta	Direta	Indireta		
GB Polo	20,00	_	20,00	_		
Mercobus	40,00	-	40,00	-		
New Flyer	-	10,55	-	10,57		
Valeo	40,00	-	40,00	-		
Setbus (1)	· <u>-</u>	40,00	-	40,00		
Spheros Colômbia (1)	-	40,00	-	40,00		
Valeo México (1)	-	40,00	-	40,00		
WSul	30,00	_	30,00	-		
(1) Consolida na coligada (não consolidada) Valeo.						

⁽¹⁾ Consolida na coligada (não consolidada) Valeo.

O montante dos principais saldos das demonstrações financeiras dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

		Ativo		ivo Passivo R		ita líquida	Lucro (prejuízo)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
GBPolo	22.234	65.044	41.919	86.084	60.256	43.413	4.605	3.370
Mercobus	5.771	4.039	938	974	11.226	8.032	3.920	2.308
Valeo	159.723	158.705	78.325	75.670	223.926	221.935	23.090	38.708
WSul	16.112	17.892	3.235	4.569	37.981	41.246	3.553	5.407

A seguir apresentamos a natureza das participações:

<u>Apolo Soluções em Plásticos Ltda.</u> – com participação de 65% no capital está localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil e tem por objeto a injeção de peças plásticas, desenvolvimento, fabricação e comércio de produtos e materiais plásticos.

<u>Marcopolo Middle East and Africa FZE.</u> – Controlada integral, localizada em Dubai, Emirados Árabes Unidos. A Marcopolo Middle East tem por objeto o desenvolvimento de relações comerciais com o Oriente Médio.

Moneo Investimentos S.A. – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Moneo tem por objeto a participação em outras sociedades, exclusivamente, naquelas que se caracterizem por serem instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e tem a seguinte controlada integral:

• <u>Banco Moneo S.A.</u> – localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, tem por objeto a atividade bancária em geral, em todas as modalidades para as quais for autorizada pelo Banco Central e atua no mercado do Brasil.

<u>Ciferal Indústria de Ônibus Ltda.</u> – Controlada integral, localizada em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios, de sua própria fabricação.

San Marino Ônibus Ltda. – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A San Marino tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios, de sua própria fabricação e participação em outras sociedades, tendo as seguintes controladas:

- <u>San Marino Bus de México S.A. de C.V.</u> Controlada integral, localizada em Toluca, Estado do México, México, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- Rotas do Sul Logística Ltda. Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, tem por objeto serviços de transporte.
- NewRoad México S.A. de C.V. Controlada integral, localizada no México, tem por objeto acoplamento de carrocerias e comercialização de peças.
- <u>Neobus Chile SPA.</u> Controlada integral, localizada no Chile, tem por objeto a comercialização de produtos e peças.

<u>Ilmot International Corporation.</u> – Controlada integral, localizada no Uruguai. A Ilmot tem por objeto a participação em outras sociedades e tem as seguintes controladas/coligadas:

- Polomex S.A. de C.V. localizada em Monterrey, Nuevo León, México, com participação de 70,39% no capital. A Polomex tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- <u>Superpolo S.A.S.</u> localizada na Colômbia, com participação de 29,39% no capital. A Superpolo tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

<u>Marcopolo Auto Components Co.</u> – Controlada integral, localizada em ChangZhou City, China, tem por objeto buscar o desenvolvimento e a promoção de vendas de componentes para ônibus.

<u>Marcopolo Austrália Holdings Pty Ltd.</u> – Controlada integral, localizada em Melbourne, Austrália. A MP Austrália tem por objeto a participação em outras sociedades e tem a seguinte controlada:

- <u>Pologren Austrália Holdings Pty Ltd.</u> Controlada, localizada em Melbourne, Austrália. A Pologren tem por objeto a participação em outras sociedades e tem a seguinte controlada:
 - Volgren Austrália Pty Limited. localizada em Melbourne, Austrália, com participação de 100% no capital. A Volgren tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

<u>Marcopolo (Changzhou)</u> <u>Bus Manufacturing Co;Ltd.</u> – Controlada integral, localizada em ChangZhou City, China, tem por objeto o desenvolvimento e fabricação de carrocerias e componentes para ônibus.

<u>Marcopolo Canadá Holdings Corp.</u> – Controlada integral, localizada no Canadá. A MP Canadá tem por objeto a participação em outras sociedades e tem a seguinte coligada:

• New Flyer Industries Inc. – localizada no Canadá, com participação de 10,55% no capital. A New Flyer tem por objeto a fabricação de ônibus.

<u>Marcopolo International Corp.</u> – Controlada integral, localizada nas Ilhas Virgens Britânicas. Atualmente as atividades desta controlada estão paralisadas.

<u>Marcopolo South África Pty Ltd.</u> – Controlada integral, localizada em Johannesburg, África do Sul, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

<u>Marcopolo Trading S.A.</u> – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Tem por objeto a prestação de serviços técnicos relacionados com o comércio exterior.

<u>Superpolo S.A.S.</u> – localizada na Colômbia, com participação de 20,61% no capital. A Superpolo tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

<u>Syncroparts Com. e Distr. de Peças Ltda.</u> – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Tem por objeto o comércio e distribuição de peças para veículos automotores, e participações em outras sociedades.

<u>Volare Veículos Ltda.</u> – Controlada integral, localizada em São Mateus, Estado do Espírito Santo, Brasil, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios.

<u>Volare Comércio e Distribuição de Veículos e Peças Ltda.</u> – Controlada integral, localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objeto o comércio por atacado de peças e acessórios para veículos automotores.

<u>GB Polo Bus Manufacturing S.A.E.</u> – Coligada, com participação de 20% no capital, localizada em Suez, Egito, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

<u>Kamaz Marco LLC.</u> – Coligada, com participação de 50% localizada em Moscow, Federação da Rússia, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

<u>Loma Hermosa S.A.</u> – Coligada, com participação de 51% no capital, localizada na Província de Buenos Aires, Argentina. A Loma tem por objeto a participação em outras sociedades e tem as seguintes controladas/coligadas:

- Metalpar S.A. Controlada, com participação de 98% no capital, localizada na Província de Buenos Aires, Argentina. A Metalpar tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- Metalsur Carrocerias S.R.L. Controlada, com participação de 51% no capital, localizada na Província de Santa Fé, Argentina. A Metalsur tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

<u>Tata Marcopolo Motors Limited.</u> – Coligada, com participação de 49% no capital, localizada em Dharwad, Índia, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

<u>Mercobus S.A.C.</u> – Coligada, com participação de 40% no capital, localizada no Peru, tem por objeto a representação comercial de carrocerias para ônibus.

<u>Valeo Climatização do Brasil – Veículos Comerciais S.A.</u> – Coligada, com participação de 40% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Valeo tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização e participação em outras sociedades, tendo as seguintes controladas:

- <u>Valeo Thermal Commercial Vehicles México S.A. de C.V.</u> Controlada integral, localizada no México
 e tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de
 refrigeração e climatização.
- Spheros Thermosystems Colômbia Ltda. Controlada integral, localizada na Colômbia e tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização.

<u>WSul Espumas Indústria e Comércio Ltda.</u> – Coligada, com participação de 30% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A WSul tem por objeto a fabricação e comercialização de espuma de poliuretano, moldados e seus derivados.

8 Caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros e derivativos

8.1 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora	Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	
Caixa e depósitos bancários					
No Brasil	40.851	61.974	59.710	81.996	
No exterior	323	142	164.948	45.220	
Títulos e valores mobiliários de liquidez imediata					
No Brasil (*)	603.319	591.457	821.198	697.836	
No exterior			28.766	38.415	
Total do caixa e equivalente de caixa	644.493	653.573	1.074.622	863.467	

(*) Corresponde, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxas que variam entre 97 e 100,7 do CDI, resultando uma média ponderada de aproximadamente 99,6% do CDI em 31 de dezembro de 2019.

8.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos

-	Controladora	-	Consolidado
2019	2018	2019	2018
24	417	1.849	1.453
98.314	89.928	98.314	89.928
	·		
98.338	90.345	100.163	91.381
52.607	14.054	51.646	13.260
52.607	14.054	51.646	13.260
	98.314 98.338 52.607	2019 2018 24 417 98.314 89.928 98.338 90.345 52.607 14.054	2019 2018 2019 24 417 1.849 98.314 89.928 98.314 98.338 90.345 100.163 52.607 14.054 51.646

(*) Corresponde, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxa de 98,8% do CDI, em 31 de dezembro de 2019.

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante. A Companhia não possui instrumentos financeiros que tenham sido registrados segundo o método de *hedge accounting* de acordo com IAS 39.

9 Contas a receber de clientes

		Controladora	Consolidad		
	2019	2018	2019	2018	
Circulante					
No mercado nacional	101.832	203.161	201.566	414.343	
No mercado externo	226.660	260.359	456.726	555.669	
Partes relacionadas	82.035	147.046	-	-	
Relações interfinanceiras	-	-	297.843	243.394	
Ajuste a valor presente	(2.757)	(2.981)	(5.887)	(4.507)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(42.528)	(53.939)	(87.233)	(106.926)	
	365.242	553.646	863.015	1.101.973	
Não circulante					
No mercado externo	-	-	-	16.645	
Relações interfinanceiras	-	-	414.282	388.996	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		<u>-</u> _	(53.507)	(44.779)	
		<u> </u>	360.775	360.862	
	365.242	553.646	1.223.790	1.462.835	

As relações interfinanceiras referem-se a operações de crédito por financiamentos de ônibus pelo Banco Moneo, através de repasses do programa FINAME do BNDES.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

		Controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Valores a vencer	319.639	439.237	1.214.350	1.302.102
Vencidos:				
Até 30 dias	18.113	66.942	36.178	102.710
Entre 31 e 60 dias	2.477	32.634	7.751	50.814
Entre 61 e 90 dias	940	11.893	6.716	27.123
Entre 91 e 180 dias	2.582	5.325	12.887	20.132
Acima de 181 dias	66.776	54.535	92.535	116.166
Ajuste a valor presente	(2.757)	(2.981)	(5.887)	(4.507)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(42.528)	(53.939)	(140.740)	(151.705)
	365.242	553.646	1.223.790	1.462.835

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(39.470)	(120.180)
Provisão registrada no exercício	(14.469)	(57.337)
Reversão de provisão contra contas a receber (write-off)	-	18.999
Baixas da provisão por perdas	-	8.489
Variação cambial	 -	(1.676)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(53.939)	(151.705)
Provisão registrada no exercício	(1.152)	(22.813)
Reversão de provisão contra contas a receber (write-off)	4.936	4.936
Recuperação de créditos provisionados	7.627	30.085
Variação cambial	<u> </u>	(1.243)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(42.528)	(140.740)

Contas a receber são denominadas nas seguintes moedas:

		Controladora	Consolidado			
	2019	2018	2019	2018		
Reais	138.582	293.287	804.326	970.252		
Dirham	-	-	1.083	167		
Dólar Americano	226.660	260.359	336.414	390.502		
Dólar Australiano	-	-	39.836	55.489		
Peso Argentino	-	-	15.590	-		
Rande	-	-	12.501	39.689		
Renminbi	<u> </u>	<u>-</u>	14.040	6.736		
	365.242	553.646	1.223.790	1.462.835		

10 Estoques

		Controladora	Consolidado			
	2019	2018	2019	2018		
Produtos acabados	12.953	36.912	97.080	147.821		
Produtos em elaboração	36.450	72.822	105.942	148.387		
Matérias-primas e auxiliares	125.137	171.626	324.365	365.550		
Adiantamentos a fornecedores e outros	17.006	14.576	35.878	33.701		
Provisão para perdas nos estoques	(5.110)	(4.866)	(10.574)	(8.638)		
	186.436	291.070	552.691	686.821		

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(2.248)	(8.034)
Reversão de provisão	492	7.579
Provisão registrada no exercício	(3.110)	(6.998)
Variação cambial		(1.185)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(4.866)	(8.638)
Reversão de provisão	839	2.286
Provisão registrada no exercício	(1.083)	(3.865)
Variação cambial	<u></u>	(357)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(5.110)	(10.574)

11 Impostos e contribuições a recuperar

-		Controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Imposto de Renda - Pessoa Jurídica (IRPJ)	17.766	15.480	31.449	29.091
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	1.790	1.753	5.005	3.671
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	1.280	2.143	2.961	3.440
Imposto sobre Circulação de Mercadorias				
e Serviços (ICMS)	4.558	31.604	33.864	59.306
Programa de Integração Social (PIS)	1.727	1.631	12.558	11.020
Contribuição para Financiamento da				
Seguridade Social (COFINS)	7.832	7.360	55.163	54.946
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	67	59	656	683
Reintegra	4.297	19.560	6.456	23.693
Imposto sobre Valor Agregado (IVA)	-	-	10.727	20.109
Outros	493	109	102	26
_	39.810	79.699	158.941	205.985
Não circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e				
Serviços (ICMS)	3.366	2.003	3.398	2.009
Imposto sobre Valor Agregado (IVA)			753	10
<u>-</u>	3.366	2.003	4.151	2.019
_	43.176	81.702	163.092	208.004

12 Investimentos

		Controladora	Consolidado				
	2019	2018	2019	2018			
Controladas	1.713.714	1.537.678	-	-			
Controladas em conjunto	143.730	113.002	105.809	111.330			
Coligadas	38.355	38.437	366.588	371.382			
Outros investimentos	<u>-</u>	<u>-</u> _	183	115			
	1.895.799	1.689.117	472.580	482.827			

Investimento em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Os investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas estão demonstrados a seguir:

Controladas:

																				C	Controladas
																					Total
				Loma			MP					MP	MP		San	_		Volare	Volare		
	Apolo	Ciferal	11mot (1)	Metalsur (1)	<u>Mac</u> (1)	(1)	Austrália (1)	<u>Masa</u> (1)	Metalsur (1)	MIC (1)	Moneo	Canadá (1)	Middle East (1)	Polomex (1)	Marino (2)	Syncro	Trading	Veículos	Comércio	2019	2018
Dados dos Investimentos			(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)		(1)	(1)	(1)	(2)						
Capital social	3.850	20.000	62.064	5.263	16.060	2.167	63.692	8.935	5.263	5.642	150.000	164.281	1.097	35.521	288.029	4.000	5.000	215.500	11.000		
Patrimônio líquido ajustado	6.517	205.289	149.218	19.338	2.744	(3.620)	64.845	60.163	19.338	1.812	230.691	405.016	(297)	154.820	304.950	5.539	8.868	175.346	4.907		
Ações ou quotas possuídas	3.250.000	124.994	50.000	-	1	1	100	100.000	4.897.938	1.400.000	150.000	4.925.530	1	3.011.659	233.424.000	3.999.960	4.999.850	215.284.500	10.989.000		
% de participação	65,00	99,99	100,00	26,01	100,00	100,00	100,00	100,00	43,99	100,00	100,00	100,00	100,00	3,61	99,90	99,99	99,99	99,90	99,90		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.292	29.450	45.380	(5.583)	1.852	(1.742)	4.329	(7.734)	(5.583)	144	5.146	27.164	537	45.596	54.108	66	234	(30.427)	627		
Movimentação dos investimentos																					
Saldos iniciais:																					
Pelo valor patrimonial	3.396	175.814	103.063	-	943	-	58.351	64.018	-	1.600	226.767	413.650	-	3.774	297.762	5.472	8.688	170.104	4.276	1.537.678	1.298.290
Reclassificação de provisão para																					
perda de investimento	-	-	-	-	-	(1.791)	-	-	-	-	-	-	(759)	-	-	-	-	-	-	(2.550)	(4.874)
Aquisição de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	34.002	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34.002	-
Adiantamento para aumento de																					
capital	-	-		-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-		35.464	-	35.464	100.733
Dividendos recebidos/revertidos	-	-	(3.349)	-	-	-	-	-	-	-	(1.222)	-	-	-	-	-	(55)	-	-	(4.626)	(30.298)
Resultado de equivalência	0.40																				
patrimonial	840	29.449	45.380	(1.468)	1.852	(1.742)	4.329	(7.734)	(2.456)	144	5.146	27.164	537	1.646	54.054	66	234	(30.397)	626	127.670	103.791
Ajustes acumulados de conversão	-	16	4.124	136	(51)	(87)	2.165	3.879	(3.141)	68	-	(10.488)		169	(431)	-	-	-	-	(3.716)	67.883
Redução de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(34.316)	-	-	-	-	-	-	-	(34.316)	(167)
Variação cambial sobre redução												0.006								0.006	
de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.006	-	-	-	-	-	-	-	9.006	-
Correção monetária por hiperinflação									4.972											4.972	
Transferências	-	-	-	6.362	-	-	-	-	4.972	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.362	(81)
Amortização de mais valia	_	-	_	0.302	-	-	_	_	-	_	_	_	_	-	(149)	-	-	_	-	(149)	(149)
Amortização de mais vana	<u>-</u>		<u> </u>				 -			<u>_</u>			<u>-</u>	 -	(149)	<u>-</u>	<u></u>			(149)	(149)
Saldos finais:	4.236	205.279	149.218	5.030	2.744	(3.620)	64.845	60.163	33.377	1.812	230.691	405.016	(297)	5.589	351.236	5.538	8.867	175.171	4.902	1.709.797	1.535.128
Provisão para perda de investimento	-	-	-	-	-	3.620	-	-	-	-	-	-	297	-	-	-	-	-	-	3.917	2.550
Pelo valor patrimonial	4.236	205.279	149.218	5.030	2.744	_	64.845	60.163	33.377	1.812	230.691	405.016		5.589	351.236	5.538	8.867	175.171	4.902	1.713.714	1.537.678

Empreendimentos no exterior.
 Estes saldos contemplam investimentos e ágio.

Empreendimentos controlados em conjunto:

<u> </u>				Empre	endimentos c	ontrolados en	n conjunto
<u>-</u>							Total
	Kamaz	Loma	Metalpar	Superpolo	TMML	2019	2018
_	(1)	(1),(2)	(1)	(1)	(1)		
Dados dos investimentos							
Capital social	9.993	62.659	13.220	15.863	95.982		
Patrimônio líquido ajustado	(1.224)	32.580	(51.400)	134.833	78.351		
Ações ou quotas possuídas	1	50.171.712	473.995	265.763	24.500		
% de participação	50,00	51,00	1,00	20,61	49,00		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	126	(97.098)	(81.700)	45.628	7.973		
Movimentação dos investimentos							
Saldos iniciais:							
Pelo valor patrimonial	-	58.946	-	20.181	33.875	113.002	106.500
Reclassificação de provisão para perda							
de investimento	(582)	-	(67)	-	-	(649)	(230)
Dividendos recebidos	-	-	-	(2.647)	-	(2.647)	(2.878)
Resultado de equivalência patrimonial	63	(49.520)	(817)	9.404	3.907	(36.963)	(6.082)
Ajustes acumulados de conversão	(93)	4.917	127	852	611	6.414	(9.265)
Correção monetária por inflação	-	26.922	243	-	-	27.165	24.308
Transferência de controlada em							
conjunto para coligada/controlada	-	(6.362)	-	-	-	(6.362)	-
Contraprestação por conta de							
participação societária	<u> </u>	23.178	<u>-</u>	 _	 _	23.178	
Saldos finais:	(612)	58.081	(514)	27.790	38.393	123.138	112.353
Provisão para perda de investimento	612	19.466	514	-	-	20.592	649
Pelo valor patrimonial		77.547	-	27.790	38.393	143.730	113.002
Ágio sobre investimento	-	(55.657)	-	-	-	(55.657)	(30.451)
Alocação do preço de compra	-	(21.890)	-	_	_	(21.890)	` -
Participação indireta - Superpolo	-	-	-	39.626	-	39.626	28.779
Pelo valor patrimonial consolidado		 :		67.416	38.393	105.809	111.330
=======================================				07.1.10	20.273	100.007	111.000

Empreendimentos no exterior.
 Estes saldos contemplam investimentos e ágio.

Coligadas:

							Coligadas
							Total
	GBPolo	Mercobus	Valeo	WSul	New Flyer	2019	2018
	(1)	(1)			(1)		
Dados dos investimentos							
Capital social	24.694	705	30.000	6.100	2.740.641		
Patrimônio líquido ajustado	(19.685)	4.833	81.398	12.877	3.111.213		
Ações ou quotas possuídas	4.803.922	232	244.898	1.830.000	6.587.834		
% de participação Lucro líquido (prejuízo) do	20,00	40,00	40,00	30,00	10,55		
exercício	4.605	3.920	23.090	3.553	258.460		
Movimentação dos investimentos Saldos iniciais:							
Pelo valor patrimonial Reclassificação de provisão	-	1.226	33.214	3.997	-	38.437	35.142
para perda de investimento	(4.208)	_	_	_	-	(4.208)	(7.406)
Dividendos recebidos Resultado de equivalência	-	(973)	(10.303)	(1.200)	-	(12.476)	(13.973)
patrimonial Ajustes acumulados de	921	1.568	9.236	1.066	-	12.791	21.927
conversão	(650)	112	412		_	(126)	169
Resultado abrangente	(030)	-	-			(120)	(1.630)
Saldos finais:	(3.937)	1.933	32.559	3.863	-	34.418	34.229
Provisão para perda de investimento	3.937	-	-	-	-	3.937	4.208
Pelo valor patrimonial		1.933	32.559	3.863		38.355	38.437
Participação indireta - New Flyer	-	-	-	-	328.233	328.233	332.945
Pelo valor patrimonial		1.933	32.559	3.863	328.233	366.588	371.382

⁽¹⁾ Empreendimento no exterior.

13 Propriedade para investimento

É constituída de um terreno de 140.000m² e área construída de 20.378,87m², localizada em Três Rios, no Rio de Janeiro. A propriedade está mensurada pelo seu valor contábil de R\$ 48.906 e foi avaliada ao seu valor justo, por um avaliador especializado, em R\$ 65.348, líquido de despesas de comercialização. Não existem atividades operacionais sendo exercidas no local, que é mantido para auferir receitas de aluguel ou para a valorização do imóvel. No decorrer do exercício de 2019 houveram apenas gastos irrelevantes com vigilância, seguro e energia. Sua movimentação está demonstrada abaixo:

				Consolidado
	Terrenos	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	22.892	23.479	3.437	49.808
Depreciações		(480)	(422)	(902)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	22.892	22.999	3.015	48.906
Custo da propriedade para investimento Depreciação acumulada	22.892	25.204 (2.205)	3.934 (919)	52.030 (3.124)
Valor residual	22.892	22.999	3.015	48.906
Taxas anuais de depreciação - %		2,0	10,9	

14 Imobilizado

(a) Síntese da movimentação do imobilizado da controladora

_	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Total	Direitos de uso Prédios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	18.074	90.285	73.279	2.693	5.028	1.618	175	5.165	196.317	_	196.317
Adições	7	20.563	62.769	769	1.935	694	-	4.982	91.719	_	91.719
Baixas	-	(2.269)	(1.097)	(73)	(36)	(131)	-	(3.017)	(6.623)	_	(6.623)
Transferências	_	516	(1.515)	`-		-	_	999	` -	_	
Depreciações	<u> </u>	(3.181)	(15.578)	(568)	(1.836)	(332)			(21.495)		(21.495)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	18.081	105.914	117.858	2.821	5.091	1.849	175	8.129	259.918		259.918
Custo do imobilizado	18.081	183.552	264.352	9.363	22.160	6.258	175	8.129	512.070	-	512.070
Depreciação acumulada	<u> </u>	(77.638)	(146.494)	(6.542)	(17.069)	(4.409)		<u> </u>	(252.152)		(252.152)
Valor residual	18.081	105.914	117.858	2.821	5.091	1.849	175	8.129	259.918		259.918
Saldos em 31 de dezembro de 2018	18.081	105.914	117.858	2.821	5.091	1.849	175	8.129	259.918	-	259.918
Adoção inicial CPC 06/IFRS 16	-	-	_	_	_	-	-	-	-	2.193	2.193
Adições	42	19.247	77.586	1.271	8.927	505	-	-	107.578	5.102	112.680
Baixas	-	(329)	(2.744)	(76)	(123)	(209)	-	(105)	(3.586)	-	(3.586)
Transferências	-	3.316	4.708	-	-	-	-	(8.024)	-	-	-
Depreciações	<u> </u>	(3.419)	(20.673)	(593)	(2.120)	(306)			(27.111)	(798)	(27.909)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	18.123	124.729	176.735	3.423	11.775	1.839	175		336.799	6.497	343.296
Custo do imobilizado	18.123	205.357	326.624	9.156	28.847	6.115	175	-	594.397	7.295	601.692
Depreciação acumulada	<u> </u>	(80.628)	(149.889)	(5.733)	(17.072)	(4.276)			(257.598)	(798)	(258.396)
Valor residual	18.123	124.729	176.735	3.423	11.775	1.839	<u>175</u>		336.799	6.497	343.296
Taxas anuais de depreciação - %		1,7	8,2	9,1	15,3	12,9					

(b) Síntese da movimentação do imobilizado consolidado

	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos		Equipamentos de informática	Veículos	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Total		Direitos de uso <u>Máquinas</u>	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	60.507	347.711	241.797	8.294	6.165	4.831	2.842	16.208	688.355	_	_	688.355
Efeito cambial	13	120	2.584	100	4	130	398	64	3.413		_	3.413
Adições	137	24.573	85.032	1.320	2.316	2.034	7.503	34.020	156.935		_	156.935
Baixas	=	(1.780)	(3.261)	(241)		(1.711)	(2.557)	(10.786)	(20.419)) -	-	(20.419)
Transferências	-	4.367	(2.909)	31	784	1.248	(746)	(2.775)		-	-	` -
Depreciações	<u> </u>	(9.794)	(41.708)	(1.482)	(2.425)	(893)	(1.249)		(57.551)			(57.551)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	60.657	365.197	281.535	8.022	6.761	5.639	6.191	36.731	770.733			770.733
Custo do imobilizado	60.657	484.294	631.827	23.914	29.894	16.124	19.672	42.493	1.308.875		-	1.308.875
Depreciação acumulada	- .	(119.097)	(350.292)	(15.892)	(23.133)	(10.485)	(13.481)	(5.762)	(538.142)			(538.142)
Valor residual	60.657	365.197	281.535	8.022	6.761	5.639	6.191	36.731	770.733			770.733
Saldos em 31 de dezembro de 2018	60.657	365.197	281.535	8.022	6.761	5.639	6.191	36.731	770.733	-	-	770.733
Adoção inicial CPC 06/IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.529	-	33.529
Efeito cambial	(172)	(3.212)	2.164	1.423	-	989	(4.250)	20	(3.038)	1.273	60	(1.705)
Correção monetária por				-							-	
hiperinflação	-	5.038	-		-	-	-	-	5.038			5.038
Adições	429	33.566	93.988	1.570	9.483	860	2.991	3.979	146.866		1.310	177.194
Baixas	-	(347)	(1.809)	(251)	(77)	(1.505)	(825)	-	(4.814)		-	(4.814)
Aquisição de investimento	333	36.368	2.931	112	-	372	3.638	- (44.450)	43.754	-	-	43.754
Transferências	-	6.506	4.700	(57)	(2.625)	(1.040)	(254)	(11.160)	(67.204)	- (14.012)	- (200)	(00.506)
Depreciações		(11.793)	(49.516)	(2.057)	(2.635)	(1.049)	(254)	<u> </u>	(67.304)	(14.913)	(309)	(82.526)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	61.247	431.323	333.993	8.762	13.543	5.306	7.491	29.570	891.235	48.907	1.061	941.203
Custo do imobilizado	61.247	562.647	712.904	24.627	36.812	15.921	24.111	35.533	1.473.802	64.558	1.373	1.539.733
Depreciação acumulada	<u> </u>	(131.324)	(378.911)	(15.865)	(23.269)	(10.615)	(16.620)		(582.567)			(598.530)
Valor residual	61.247	431.323	333.993	8.762	13.543	5.306	7.491	29.570	891.235	48.907	1.061	941.203
Taxas anuais de depreciação - %		1,7	8,2	9,1	15,3	12,9						

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios.

(c) Garantia

Em 31 de dezembro de 2019, propriedades com valor contábil residual de R\$ 32.981 (R\$ 38.494 em 31 de dezembro de 2018) estão sujeitas a uma fiança registrada para garantir empréstimos bancários e contingências.

15 Ágio e intangível

(a) Síntese da movimentação do intangível da controladora

	<u>Softwares</u>	Marcas registradas e licenças	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	3.343	31	3.374
Adições	3.676	288	3.964
Baixas	(3)	-	(3)
Amortizações	(1.510)	(9)	(1.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.506	310	5.816
Custo do intangível	54.557	639	55.196
Amortização acumulada	(49.051)	(329)	(49.380)
Valor residual	5.506	310	5.816
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.506	310	5.816
Adições	3.173	112	3.285
Amortizações	(2.031)	(18)	(2.049)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.648	404	7.052
Custo do intangível	57.633	751	58.384
Amortização acumulada	(50.985)	(347)	(51.332)
Valor residual	6.648	404	7.052
Taxas anuais de amortização - %	18,8	10,0	

(b) Síntese da movimentação do ágio e intangível do consolidado

<u>-</u>	Softwares	Marcas registradas e licenças	Carteira de clientes	Outros Intangíveis	Ágios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	7.566	996	8.144	1.174	202.961	220.841
Efeito cambial	315	-	478	-	9.368	10.161
Adições	4.120	303	-	385	-	4.808
Baixas	(5)	-	-	-	-	(5)
Amortizações	(2.969)	(12)		(273)	 _	(3.254)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	9.027	1.287	8.622	1.286	212.329	232.551
Custo do intangível	72.999	1.645	31.261	2.870	212.329	321.104
Amortização acumulada	(63.972)	(358)	(22.639)	(1.584)	<u> </u>	(88.553)
Valor residual	9.027	1.287	8.622	1.286	212.329	232.551
Saldos em 31 de dezembro de 2018	9.027	1.287	8.622	1.286	212.329	232.551
Efeito cambial	(1.723)	(701)	(892)	28	3.455	167
Correção monetária por hiperinflação	· -	1.661	2.823	_	11.371	15.855
Adições	5.106	130	-	29	-	5.265
Baixas	(1)	-	-	-	(30.451)	(30.452)
Aquisição de investimento	257	7.173	12.186	-	49.092	68.708
Amortizações	(3.623)	(21)		(273)	<u> </u>	(3.917)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9.043	9.529	22.739	1.070	245.796	288.177
Custo do intangível	76.781	9.908	46.169	2.953	245.796	381.607
Amortização acumulada	(67.738)	(379)	(23.430)	(1.883)		(93.430)
Valor residual	9.043	9.529	22.739	1.070	245.796	288.177
Taxas anuais de amortização - %	18,8	10,0	25,0	20,0		
Composição do ágio:						Ágios
		Loma/ Metalsur	San Marino	New Flyer	Pologren	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		30.451	30.739	53.371	97.768	212.329
Efeito cambial		(4.806)	-	4.845	3.416	3.455
Correção monetária por hiperinflação		11.371	-	-	-	11.371
Aquisição de investimento		49.092	-	-	-	49.092
Baixa (i)		(30.451)				(30.451)

Marcas

55.657

30.739

101.184

(c) Teste de ágio para verificação de impairment

(i) Ágio da controlada direta – San Marino

Saldos em 31 de dezembro de 2019

Composto pelo ágio gerado na aquisição do investimento na San Marino no montante de R\$ 30.739. As projeções para estabelecer o valor recuperável foram elaboradas de acordo com o valor em uso, e foram efetuadas por um período de cinco anos e na perpetuidade. As principais premissas utilizadas em 31 de dezembro de 2019 foram as seguintes: (i) margem bruta de 13,98%, (ii) taxa de crescimento de 14,54% a.a., e (iii) taxa de desconto calculada depois dos impostos de 10,96% a.a., e consideraram a experiência passada da administração, assim como as expectativas de crescimento do segmento de atuação da Companhia. O valor recuperável foi comparado com o saldo contábil dos ativos que compõe a UGC e, como resultado desta análise e aplicação das premissas descritas sobre os fluxos de

A Companhia efetuou a baixa do ágio existente, para a constituição de ágio referente ao negócio Argentina, conforme Nota 3 – Combinação de Negócio.

caixa descontados para determinar a necessidade de redução ao valor recuperável do ágio, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de *impairment* para esta Unidade Geradora de Caixa. A Companhia projetou os seguintes cenários de sensibilidade: (i) margem bruta 1% inferior e superior, (ii) taxa de crescimento 1% inferior e superior, e (iii) taxa de desconto 1% inferior e superior. Os cenários alternativos não resultariam em necessidade de *impairment*.

(ii) Ágio da controlada indireta – Pologren

Composto pelo ágio gerado na aquisição do investimento na Volgren no montante de R\$ 101.184. As projeções para estabelecer o valor recuperável foram elaboradas de acordo com o valor em uso, considerando a projeção no período de 5 anos e na perpetuidade. As principais premissas utilizadas em 31 de dezembro de 2019 foram as seguintes: (i) margem bruta de 18,87%, (ii) taxa de crescimento de 2,80% a.a., e (iii) taxa de desconto de 7,21% a.a., e consideraram a experiência passada da administração, assim como as expectativas de crescimento do segmento de atuação da Companhia. O valor recuperável foi comparado com o saldo contábil dos ativos que compõe a UGC e, como resultado desta análise e aplicação das premissas descritas sobre os fluxos de caixa descontados para determinar a necessidade de redução ao valor recuperável do ágio, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de *impairment* para esta Unidade Geradora de Caixa. A Companhia projetou os seguintes cenários de sensibilidade: (i) margem bruta 1% inferior e superior, (ii) taxa de crescimento 1% inferior e superior, e (iii) taxa de desconto 1% inferior e superior. Os cenários alternativos não resultariam em necessidade de *impairment*.

(iii) Ágio da coligada indireta – New Flyer

Composto pelo ágio gerado na aquisição do investimento na New Flyer no montante de R\$ 58.216. A New Flyer é uma companhia de capital aberto, tendo suas ações (sob a sigla NFI) negociadas na bolsa de valores do Canadá. O valor recuperável foi calculado pelo valor justo (nível 1), considerando a cotação das ações da coligada indireta em 31 de dezembro de 2019 (26,02 dólares canadenses), comparado com o valor contábil (na época de aquisição 10,50 dólares canadenses). O valor recuperável foi comparado com contábil dos ativos que compõe a UGC e, como resultado desta análise, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de *impairment* para esta Unidade Geradora de Caixa.

16 Partes relacionadas

(a) Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2019, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício encontram-se detalhadas no quadro a seguir:

Partes Relacionadas	Saldos ativos por mútuo e conta- corrente	Contas a receber por vendas	Contas a pagar por compras	Vendas de produtos/ serviços	Compras de produtos/	Receitas financeiras
Apolo	_	_	769	_	8.531	_
Ciferal	3	10.369	181	52.539	507	3
GB Polo	3.056	10.956	-	678	-	-
Kamaz	626	-	_	-	_	8
Ilmot	710	-	-	-	-	50
Loma	47.964	505	-	1.120	-	523
Mac	_	1.683	-	1.387	6.974	-
Masa	-	10.008	-	24.333	-	-
Metalsur	_	1.555	-	1.215		
Polomex	-	7.204	-	66.477	-	-
San Marino	-	38.884	324	141.226	8.239	2
Valeo	-	-	4.991	_	109.161	-
Superpolo	-	8.081	-	26.633	-	-
TMML	-	7.840	-	8.590	-	-
Trading	-	586	-	-	-	-
Volare Veículos	248	11.417	50	27.392	470	4
Volare Comércio	-	192	31	977	215	-
Volgren	-	137	-	-	-	-
WSul			7.157		45.472	
Saldo em 2019	52.607	109.417	13.503	352.567	179.569	590
Saldo em 2018	14.054	186.375	21.847	433.465	211.812	107

Os saldos de mútuos e contas correntes de empresas sediadas no Brasil estão sujeitos a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI, e com empresas no exterior estão sujeitos a juros calculados pela taxa LIBOR semestral acrescidos de 3% a.a..

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e os membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

-					2019
_	Fixa	<u>Variável</u>	Plano de aposen- tadoria	Pagamento com base em ações	Total
Conselho de Administração e diretores estatutários	8.053	4.924	59	391	13.427
Diretores não estatutários	7.196	5.350	230	497	13.273
=	15.249	10.274	289	888	26.700

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram exercidas as opções de compra de 237.332 ações preferenciais escriturais pelos administradores e empregados da Marcopolo ao preço de R\$ 3,41 por ação com um desconto de R\$ 0,55 por ação, utilizando-se das ações em tesouraria, de acordo com o previsto no plano de opções de compra de ações da Marcopolo. Também foi exercida a transferência de 330.697 ações ao valor de R\$ 2,54 conforme Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas.

_	Fixa	Variável	Plano de aposen- tadoria	Pagamento com base em ações	Total
Conselho de Administração e diretores estatutários	8.719	5.391	103	632	14.845
Diretores não estatutários	5.922	5.179	201	336	11.638
<u>-</u>	14.641	10.570	304	968	26.483

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram exercidas as opções de compra de 381.325 ações preferenciais escriturais pelos administradores e empregados da Marcopolo ao preço de R\$ 3,33 por ação com um desconto de R\$ 0,83 por ação, utilizando-se das ações em tesouraria, de acordo com o previsto no plano de opções de compra de ações da Marcopolo. Também foi exercida a transferência de 250.802 ações ao valor de R\$ 2,65 conforme Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas.

17 Empréstimos e financiamentos

	Taxa média ponderada	Ano de	Controladora		Consolidado		
	yonderada % a.a.	Vencimento	2019	2018	2019	2018	
Moeda nacional							
FINAME	4,19	2019 a 2025	756	8.254	9.186	21.000	
Empréstimos bancários	4,83	2020 a 2027	-	3	8.503	225	
Depósitos interfinanceiros	5,15	2020 a 2022	-	-	29.041	391	
FINEP	5,49	2020 a 2030	285.194	232.706	319.594	282.084	
FDE – Fundos de desenvolvimento	3,00	2025	-	-	97.167	114.889	
Fundepar - ES	-	2026	-	-	30.000	30.000	
Notas de créditos exportação -							
Compulsório	6,00	2020	-	198.078	2.276	203.086	
Obrigações com arrendamento	6,40	2021 a 2028	6.771	-	6.771	-	
Partes relacionadas	CDI	-	118	-	-	-	
Moeda estrangeira							
Adiantamentos de contratos de câmbio Pré-pagamento de exportação em	2,99	2019 a 2020	-	-	30.866	94.472	
dólares norte-americanos	4.71	2022 a 2023	281.256	200.092	281.256	300.982	
Notas de créditos exportação - USD	4,71 3,76	2022 a 2023 2020 a 2023	326.022	300.982 113.989	326.022	113.989	
Exim	3,76 4,51	2020 a 2023	520.022	155.117	320.022	155.117	
Financiamento em randes	10,16	2020 a 2024	-	133.117	667	3.363	
Financiamento em renminbi	5,37	2020 a 2024 2020 a 2022	_	-	25.087	32.736	
Financiamento em dólares australianos	2,37	2020 a 2022 2020	-	-	128.616	136.860	
Financiamento em pesos chilenos	14,03	2020	-	-	120.010	49	
Financiamento em pesos emenos Financiamento em pesos argentinos	17,00	2020	_	_	50	42	
Obrigações com arrendamento	6,40	2021 a 2028	-	-	43.752	-	
Avais	0,40	2021 a 2026	7.190	-	7.190	-	
Avais	-	-	7.190		7.190		
Subtotal de moeda nacional e estrangeira			907.307	1.009.129	1.346.044	1.489.243	
Captações no mercado aberto Moeda nacional							
BNDES – Operações Pré-fixadas	8,21	2021 a 2025	_	_	246.574	149.864	
BNDES – Operações Pós-fixadas	IPCA + 1,54	2021 a 2025	_	_	87.224	89.344	
BNDES – Operações Pós-fixadas	TJLP + 1.87	2021 a 2024	_	_	114.926	186.314	
BNDES – Operações Pós-fixadas	SELIC + 2,07	2021 a 2022	_	_	8.057	19.395	
	BEE10 2,07	2021 4 2022					
Subtotal de captações no mercado aberto					456.781	444.917	
Subtotal de empréstimos e financiamentos			907.307	1.009.129	1.802.825	1.934.160	
Instrumentos financeiros derivativos			170	-	548	48	
Total de empréstimos e financiamentos			907.477	1.009.129	1.803.373	1.934.208	
Passivo circulante			183.489	354.166	624.091	834.043	
Passivo não circulante			723.988	654.963	1.179.282	1.100.165	

^(*) Corresponde a uma linha de crédito do BNDES destinada a produção direcionada a exportação, devendo o embarque dos mesmos ocorrer até a data limite de 3 anos.

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

		Controladora	Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	
De 13 a 24 meses De 25 a 36 meses De 37 a 48 meses De 49 a 60 meses Após 60 meses	152.249 297.990 132.327 40.150 101.272	174.186 121.630 263.394 31.727 64.026	317.638 419.685 215.441 81.631 144.887	335.970 235.868 335.167 69.162 123.998	
	723.988	654.963	1.179.282	1.100.165	

(a) Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 32.981 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 38.494 em 31 de dezembro de 2018).

(b) Captações no mercado aberto

As captações de mercado aberto referem-se a captações efetuadas pelo Banco Moneo, junto ao BNDES, para financiamento de operações de FINAME.

O valor de face e valor justo das captações no mercado aberto são:

	Valor de	Valor de face (futuro)		Valor justo (presente)	
	2019	2018	2019	2018	
De 1 a 12 meses	189.979	196.549	165.073	174.720	
De 13 a 24 meses	143.694	141.400	127.423	128.041	
De 25 a 36 meses	97.203	89.855	88.415	83.429	
Após 36 meses	80.110	61.332	75.870	58.727	
	510.986	489.136	456.781	444.917	

O valor de face dos empréstimos do passivo circulante se aproxima do seu valor justo.

(c) Conciliação da dívida

			(Consolidado
	Empréstimos bancários	Derivativos	Captações Mercado Aberto	Total
Dívida em 31 de dezembro de 2018	1.488.852	48	445.308	1.934.208
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	(223.374)	500	6.588	(216.286)
Juros apropriados e variações cambiais	51.525	<u> </u>	33.926	85.451
Dívida em 31 de dezembro de 2019	1.317.003	548	485.822	1.803.373

(d) Passivos de arrendamento

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento está demonstrada a seguir.

	Controladora	Consolidado
	2019	2019
Saldo inicial	-	-
Adoção inicial	2.193	33.529
Juros apropriados e variações cambiais	652	4.998
Adições	5.102	30.328
Contraprestações pagas	(1.176)	(18.332)
	6.771	50.523

O cronograma de vencimentos dos arrendamentos está demonstrado a seguir.

	<u>Controladora</u>	Consolidado
	2019	2019
De 1 a 12 meses	992	13.593
De 13 a 24 meses	1.235	12.885
De 25 a 36 meses	1.413	11.230
De 37 a 48 meses	852	6.097
De 49 a 60 meses	320	3.925
Acima de 60 meses	1.959	2.793
Valor presente dos contratos	6.771	50.523

O direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento está demonstrado a seguir.

	Controladora e Consolidado		
	2019	2019	
	Nominal	Ajustado a valor presente	
Contraprestação de arrendamento Pis/Cofins potencial (9,25%)	5.971 552	4.546 420	

18 Provisões

(a) Contingências passivas

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

As contingências que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são consideradas como perdas possíveis ou prováveis em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão apresentadas a seguir. As contingências consideradas de perdas prováveis estão provisionadas.

			C	ontroladora
		2019		2018
Natureza	Provável	Possível	Provável	Possível
Cível	964	23.891	964	22.508
Trabalhista	53.179	55.334	42.617	58.155
Tributário	10.602	246.886	16.407	236.490
	64.745	326.111	59.988	317.153
				Consolidado
		2019		2018
Natureza	Provável	Possível	Provável	Possível
Cível	2.498	24.333	2.619	22.950
Trabalhista	66.324	65.889	55.159	69.899
Tributário	16.420	284.281	19.931	294.422
	85.242	374.503	77.709	387.271
	(Controladora		Consolidado
Depósitos judiciais	2019	2018	2019	2018
Cível	2.670	2.361	3.470	3.132
Trabalhista	26.351	20.660	31.138	25.574
Tributário	18.969	16.407	34.179	27.477
	47.990	39.428	68.787	56.183

(i) Cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível e trabalhista, dentre as quais constam ações de indenização por acidentes de trabalho e por doenças ocupacionais. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

(ii) Tributárias

A Companhia e controladas são parte em ações judiciais de natureza tributária. A seguir, descrevemos a natureza das principais causas:

Provisionadas

	Controladora		Consolidad	
	2019	2018	2019	2018
REINTEGRA – apropriação de crédito (i)	649	621	649	621
Regime Fiscal Especial – crédito tributário (ii)	710	6.922	710	6.922
IRPJ 2010, 2011 e 2012 (iii)	5.993	5.682	5.993	5.682
Outras contingências	3.250	3.182	9.068	6.706
	10.602	16.407	16.420	19.931

- (i) Contingência relativa a crédito de REINTEGRA contingência decorrente de divergência de procedimento no pleito do crédito de Reintegra referente ao 1° e 2° Trimestre de 2012.
- (ii) Contingência concernente à discussão dos procedimentos adotados para a fruição de benefícios fiscais utilizados na comercialização dos produtos.
- (iii) Contingência atinente à discussão dos procedimentos adotados para compensação do imposto de renda pago no exterior.

Não provisionadas

-	Controladora		Consolidad	
	2019	2018	2019	2018
PIS, COFINS e FINSOCIAL – compensações	7.745	7.537	7.745	7.537
COFINS – pedido de restituição (i)	23.182	22.355	23.182	22.355
PIS, COFINS – crédito	9.205	8.858	9.205	8.858
PIS – compensações (ii)	15.403	14.910	15.403	14.910
IPI – crédito	1.751	1.763	1.751	1.763
IRPJ - lucro inflacionário realizado a menor	3.024	2.955	3.024	2.955
IRPJ e CSLL – saldo negativo (iii)	18.290	17.650	18.290	17.650
IRPJ e CSLL – lucros no exterior (iv)	31.210	30.064	31.210	30.064
IRPJ e CSLL – IR pago no exterior	1.158	1.089	1.158	1.089
IRPJ e CSLL – lucros do exterior (v)	62.077	58.875	62.077	58.875
DCP – atualização monetária (vi)	29.381	28.067	29.381	28.067
REINTEGRA – compensação (vii)	16.925	15.899	16.925	15.899
ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes (viii)	-	-	15.724	36.881
ICMS – documentos fiscais inidôneos (ix)	2.049	-	2.049	-
ISS - serviços tomados de terceiros	6.412	6.141	6.412	6.141
INSS – serviços tomados de pessoas jurídicas	4.569	4.693	4.569	4.693
Outras contingências de menor valor	14.505	15.634	36.176	36.685
	246.886	236.490	284.281	294.422

- (i) Contingências cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis, relativas a procedimentos questionados pela fiscalização, quanto a pedidos de restituição de COFINS. O processo administrativo encontra-se em andamento na Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento.
- (ii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a valores inscritos em dívida ativa, provenientes de compensações não homologadas derivadas de créditos obtidos em processo judicial. O processo encontra-se em andamento na primeira instância da Justiça Federal de Caxias do Sul.
- (iii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a procedimentos questionados pela fiscalização, quanto a pedidos de restituição de saldo negativo de IRPJ e CSLL. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
- (iv) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre a consolidação no Exterior de resultados de controladas indiretas, antes do oferecimento dos lucros à tributação no Brasil. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia da Receita Federal de Julgamento.
- (v) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre a glosa de compensações realizadas com impostos do exterior. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia Regional de Julgamento DRJ.
- (vi) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre créditos DCP, referente a glosa da atualização monetária e multa isolada aplicada em decorrência das declarações não homologadas. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia Regional de Julgamento DRJ.
- (vii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre crédito de Reintegra, em razão de divergência de procedimento no pleito do crédito. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia Regional de Julgamento DRJ.
- (viii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, da controlada, relativa a discussões sobre ICMS saídas com alíquota reduzida para não contribuintes estabelecidos fora do

Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro.

(ix) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussões sobre ICMS, por suposta emissão de documentos fiscais com erro na aplicação da alíquota, em operações de venda a não contribuintes estabelecidos fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Tribunal de Justica do Estado de São Paulo.

(b) Contingências ativas

O demonstrativo contendo informações sobre contingências ativas, conforme opinião de seus assessores jurídicos está abaixo detalhado com a possibilidade de ganho:

		2019		2018
Natureza	Provável	Possível	Provável	Possível
Contingente Tributário Previdenciário	15.696 	14.789 3.229	15.057	14.187 3.098
	15.696	18.018	15.057	17.285

(i) Contingências tributárias

A Companhia é autora em diversas ações judiciais, no âmbito estadual e federal, nas quais são discutidas as seguintes matérias:

- Imposto sobre Produtos Industrializados IPI.
- Programa de Integração Social PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social COFINS.
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL.
- Imposto sobre Operações Financeiras IOF e Imposto de Renda Retido na Fonte IRRF.
- Empréstimo Compulsório Eletrobrás.
- ICMS sobre materiais de uso e consumo.

A Companhia possui demandas judiciais pleiteando o reconhecimento da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins (tema que está sendo discutido no Supremo Tribunal Federal através do Recurso Extraordinário n° 574.706). Tendo em vista que não há decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado, a Companhia e as suas controladas ainda não mensuraram os valores que poderão impactar as suas demonstrações financeiras e suas divulgações.

(ii) Contingências previdenciárias

• Contribuição Social Previdenciária – INSS.

19 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a empregados

A Marcopolo é patrocinadora principal da Marcoprev Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social a todos os empregados das patrocinadoras: Marcopolo (principal), San Marino, Syncroparts, Trading, Banco Moneo e Fundação Marcopolo. No exercício de 2019 foi despendido em contribuições, em nível consolidado, o montante de R\$ 9.945 (R\$ 10.796 em 2018). O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de

responsabilidade exclusiva da patrocinadora, e de "contribuição definida" onde as contribuições são da patrocinadora e do participante, de forma opcional.

Na data-base de 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os valores relacionados aos benefícios pósemprego, foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida por atuários independentes, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme abaixo apresentado.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	Controladora		Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	
Valor presente das obrigações atuariais Valor justo dos ativos do plano	(335.523) 341.022	(277.155) 308.557	(339.591) 345.164	(280.358) 312.115	
Superávit não sujeito a reembolso ou redução nas contribuições futuras	(5.499)	(31.402)	(5.573)	(31.757)	
Passivo a ser reconhecido	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>		

De acordo com as prerrogativas constantes nos regulamentos do plano de aposentadoria e na parcela contabilizada do plano de aposentadoria suplementar não se verifica a possibilidade de reembolso, aumento de benefício ou de redução nas contribuições futuras. Consequentemente o ativo decorrente do superávit dos planos não foi contabilizado em 31 de dezembro de 2019.

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Em 1º de janeiro	-	-	-	-
Contribuições dos participantes do plano Perdas (ganhos) atuariais (Despesa) Receita anual líquida reconhecida	6.702 (6.702)	7.603 (7.603)	6.757 (6.757)	7.669 (7.669)
Em 31 de dezembro	<u>-</u>	<u> </u>	<u>-</u>	

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	Co	Controladora		<u>onsolidado</u>
	2019	2018	2019	2018
Em $1^{\underline{o}}$ de janeiro	308.557	283.394	312.115	286.575
Contribuição dos patrocinadores Contribuição dos empregados	6.702 57	7.603 141	6.757 58	7.669 142
Benefícios pagos Retorno esperado dos ativos do plano	(13.654) 39.360	(12.882) 30.301	(13.760) 39.994	(12.991) 30.720
Em 31 de dezembro	341.022	308.557	345.164	312.115

A movimentação da obrigação atuarial nos exercícios apresentados é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Em 1º de janeiro	277.155	249.931	280.358	252.744
(Ganhos) perdas atuariais	45.107	13.901	45.718	14.041
Custo dos serviços correntes	2.316	1.983	2.388	2.067
Custo financeiro	24.542	24.081	24.829	24.355
Contribuições dos empregados	57	141	58	142
Benefícios pagos	(13.654)	(12.882)	(13.760)	(12.991)
Em 31 de dezembro	335.523	277.155	339.591	280.358

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	Cor	Controladora		Consolidado		
	2019	2018	2019	2018		
Custo dos serviços correntes Custo financeiro	2.316 (303)	1.983 (235)	2.388 (306)	2.067 (237)		
Total incluído nos custos de pessoal	2.013	1.748	2.082	1.830		

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

. Hipóteses econômicas

			Perce	entual a.a.
	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Taxa de desconto (*)	7,41	9,12	7,41	9,93
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	7,41	9,12	7,41	9,93
Aumentos salariais futuros	6,29	6,50	6,29	6,50
Inflação	3,80	4,00	3,80	4,00

^(*) A taxa de desconto é composta de: inflação 3,80% a.a. mais juros 3,48% a.a para o ano de 2019 (inflação de 4,00% a.a. mais juros de 4,92% a.a. para o ano de 2018).

. Hipóteses demográficas

	Controladora			Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Tábua de mortalidade Tábua de mortalidade e inválidos Tábua de entrada em invalidez	AT 2000(*) RRB 1983 RRB 1944			

^(*) Tábua segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%.

. Hipóteses atuariais e análises de sensibilidades

O quadro abaixo, de análise de sensibilidade das obrigações dos planos de benefício, demonstra o impacto na exposição atuarial (9,12% a.a.) pela alteração da premissa na taxa de desconto em 1 p.p.:

(i) Valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2019.

- Total 335.523

(ii) Hipóteses atuariais significativas em 31 de dezembro de 2019.

		Analise de Sensibilidade	Efeito no VPO
Taxa de desconto	8,41%	1% de aumento	294.419
Taxa de desconto	6,41%	1% de redução	387.236

(iii) Métodos e hipóteses utilizadas nas análises de sensibilidade.

Os resultados apresentados foram preparados modificando apenas as hipóteses reais mencionadas em cada linha.

20 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A base para constituição dos impostos é a seguinte:

	Controladora		Consolid	
	2019	2018	2019	2018
Ativo (passivo)				
Provisão para assistência técnica	32.274	26.255	44.300	33.237
Provisão para comissões	24.989	28.828	29.595	32.132
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.204	27.666	72.882	88.923
Provisão para participação nos resultados	42.816	42.975	45.334	45.187
Provisão para contingências	66.206	62.170	109.771	100.904
Provisão para perdas nos estoques	5.110	4.866	9.674	8.546
Provisão para serviços de terceiros	9.908	10.933	18.006	10.933
Provisão para rescisões contratuais	20.493	21.667	22.493	21.667
Estoques não realizados	6.892	6.881	6.892	6.881
Ajuste a valor presente	2.270	2.046	2.610	2.392
Imposto de renda na fonte suspenso	7.685	6.467	7.685	6.467
(Depreciação fiscal)	(28.563)	(29.701)	(28.563)	(29.701)
(Apropriação ganhos/perdas com derivativos)	146	(417)	(1.382)	(417)
Outras provisões	18.858	7.790	14.403	16.481
Base de cálculo	220.288	218.426	353.700	343.632
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos	74.898	74.265	120.258	116.835

(b) Estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido

A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis, bem como na realização das diferenças temporárias para os seguintes exercícios:

		Controladora	-	Consolidado
	2019	2018	2019	2018
De 13 meses em diante	74.898	74.265	120.258	116.835
	74.898	74.265	120.258	116.835

(c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

<u>-</u>	Ce	ontroladora		Consolidado
_	2019	2018	2019	2018
Conciliação				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	203.947	188.412	245.201	209.303
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
-	69.342	64.060	83.368	71.163
Adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	(36.730)	209	(7.321)	-
Juros sobre capital próprio	(19.243)	(28.189)	(19.243)	(28.189)
Reintegra	236	(1.617)	236	(1.617)
Participação dos administradores	1.941	1.833	1.941	1.833
Crédito presumido de ICMS	-	560	(4.575)	560
Programa de Alimentação do Trabalhador	-	(7.685)	(3.929)	(7.685)
Programa de Desenvolvimento Industrial (i)	(12.572)	(9.091)	(12.572)	(9.091)
IR/CS sobre resultados no Exterior	5.212	(11.602)	5.212	(11.602)
Prejuízo fiscal de empresas controladas	-	-	10.328	11.281
Utilização de prejuízo fiscal	-	-	(8.455)	-
Rota 2030	(6.326)	-	(6.326)	-
Outras adições (exclusões)	700	(6.796)	(5.492)	(8.297)
<u>-</u>	2.560	1.682	33.172	18.356
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	3.193	26.764	36.595	43.006
Diferido _	(633)	(25.082)	(3.423)	(24.650)
=	2.560	1.682	33.172	18.356
Alíquota efetiva - %	1	1	14	9

(i) Trata-se de um incentivo fiscal voltado a inovação tecnológica. A Marcopolo deduz da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica classificáveis como despesas operacionais, conforme Lei 11.196/2005.

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da controladora é de 2.100.000.000 ações, sendo 700.000.000 ações ordinárias e 1.400.000.000 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

Em 25 de fevereiro de 2019, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi homologado o aumento de capital no montante de R\$ 69.430 através da subscrição de 21.696.873 ações preferenciais escriturais.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por

946.892.882 (925.196.009 em 31 de dezembro de 2018) ações nominativas, sendo 341.625.744 ordinárias e 605.267.138 preferenciais, sem valor nominal.

Do total do capital subscrito, 291.172.338 (319.693.839 em 31 de dezembro de 2018) ações preferenciais nominativas pertencem a acionistas do exterior.

(b) Reservas

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reservas estatutárias

A Marcopolo destina 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro remanescente, para o pagamento de dividendo a todas as ações da Marcopolo, a título de dividendo mínimo obrigatório. O saldo remanescente do lucro líquido será destinado, em sua totalidade, à formação das seguintes reservas:

- . Reserva para futuro aumento de capital para ser utilizada em futuros aumentos de capital, a ser formada por 70% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 60% do capital social.
- . Reserva para pagamento de dividendos intermediários para ser utilizada para pagamento de dividendos intermediários previstos no parágrafo 1º do artigo 33 do Estatuto Social, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.
- . Reserva para compra das próprias ações a ser utilizada para aquisição de ações de emissão da Marcopolo, para cancelamento, permanência em tesouraria e/ou respectiva alienação, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.

(c) Ações em tesouraria

Corresponde ao entesouramento de 7.951.506 ações preferenciais nominativas, adquiridas ao custo médio de R\$ 3,9557 (em reais um) por ação. No exercício foram alienadas 1.005.294 ações preferenciais nominativas, a um preço médio ponderado de R\$ 2,9547 por ação, gerando um resultado líquido negativo de R\$ 1.668. O valor das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2019 corresponde a R\$ 31.454. As ações serão utilizadas para, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei das S.A. e da Instrução CVM nº 390/03, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Marcopolo, de acordo com o Plano de Opções de compra de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2005.

Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95 e dividendos

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Marcopolo calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 56.609 (R\$ 82.909 em 2018) sendo pagos a partir de 04 de outubro de 2019, na razão de R\$ 0,03 para cada ação, tanto para as ações ordinárias escriturais, como para as ações preferenciais escriturais, os quais foram contabilizados como despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do caixa.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 19.247 (R\$ 28.189 em 2018), aproximadamente, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Demonstrativo do cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício (Controladora) Reserva legal (5%)	201.387 (10.069)	186.730 (9.337)
Base de cálculo para dividendos	191.318	177.393
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios (25%) Dividendos propostos adicionais ao mínimo obrigatório	47.830 8.779	44.348 38.561
Total de dividendos propostos pela Administração	56.609	82.909
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos Valor bruto Imposto de renda na fonte (15%) Imposto de renda na fonte retenção suspensa	56.609 (8.491) 957	82.909 (12.436) 2.665
Valor líquido dos juros creditados	49.075	73.138
Valor líquido dos juros, dividendos creditados e propostos	49.075	73.138

O valor dos referidos juros foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório declarado antecipadamente, por conta do corrente exercício em conformidade com o item III da Deliberação CVM nº 683/2012.

23 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

As principais coberturas de seguro são:

			Consolidado
Natureza do ativo	Valor patrimonial	2019	2018
Estoques, prédios e conteúdos Veículos	Incêndio e riscos diversos Colisão e responsabilidade civil	926.915 51.972	892.058 37.801
		978.886	929.859

Avais, fianças e garantias

A Companhia tinha contratado, em 31 de dezembro de 2019, avais e/ou fianças no montante de R\$ 51.599 (R\$ 10.188 em 31 de dezembro de 2018), concedidos a bancos em operações de financiamento a clientes, que têm como contrapartida a garantia dos respectivos bens financiados, bem como o valor contábil residual de bens financiados no montante de R\$ 32.981 (R\$ 38.494 em 31 de dezembro de 2018) dados em garantias de empréstimos bancários e contingências.

25 Participação de empregados nos lucros e resultados

No exercício social de 2019, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000, a Administração optou pelo pagamento semestral, tendo pago em julho de 2019 uma parcela, e o saldo será pago em fevereiro de 2020.

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido em Instrumento de Acordo do Programa de Metas-Eficácia Marcopolo (EFIMAR).

Os valores estão classificados no resultado do exercício como segue:

		Controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Custo dos produtos e serviços vendidos	28.759	27.834	36.011	34.043
Despesas com vendas	7.954	6.474	8.059	6.590
Despesas de administração	4.929	5.176	6.851	6.997
	41.642	39.484	50.921	47.630

26 Receita

A conciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

		Controladora	Consolidad	
	2019	2018	2019	2018
Vendas brutas de produtos e serviços Impostos sobre vendas e devoluções	2.568.955 (336.166)	2.641.723 (318.479)	4.945.729 (631.195)	4.744.052 (546.584)
Receita líquida	2.232.789	2.323.244	4.314.534	4.197.468

27 Despesas por natureza

	Controladora			Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Matérias-primas e materiais de consumo	1.340.887	1.385.344	2.673.879	2.654.194
Serviços de terceiros e outros	238.602	203.942	363.615	327.164
Remuneração direta	368.009	384.762	735.201	681.900
Remuneração dos administradores	15.754	14.134	15.754	14.134
Participação dos empregados nos lucros e resultados	41.642	39.484	50.921	47.630
Encargos de depreciações e amortizações	29.958	23.014	86.443	60.805
Despesas com previdência privada	9.216	10.268	9.945	10.796
Outras despesas	72.998	86.892	138.184	169.396
Total de custos e despesas de vendas, distribuições e despesas				
administrativas.	2.117.066	2.147.840	4.073.942	3.966.019

28 Resultado financeiro

	Controladora			Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias recebidos	6.783	6.322	10.299	7.447
Juros sobre derivativos	5	4.149	926	5.709
Rendas de aplicações financeiras	33.079	42.395	41.901	47.496
Variação cambial	98.053	31.372	148.063	98.406
Variação cambial sobre derivativos	4.609	5.990	9.344	10.688
Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	30.195	23.473	45.299	35.317
	172.724	113.701	255.832	205.063
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(55.398)	(67.419)	(72.180)	(86.324)
Juros sobre derivativos	(314)	-	(314)	(10)
Variação cambial	(105.293)	(75.105)	(159.823)	(140.675)
Variação cambial sobre derivativos	(5)	(23.022)	(6.131)	(43.129)
Despesas bancárias	(4.973)	(4.890)	(7.174)	(9.459)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(8.580)	(10.042)	(16.590)	(17.448)
	(174.563)	(180.478)	(262.212)	(297.045)
Resultado financeiro, líquido	(1.839)	(66.777)	(6.380)	(91.982)

29 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2019	2018
Lucro atribuível aos acionistas	201.387	186.730
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	943.564	921.219
Lucro por ação	0,21343	0,20270

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

A Companhia considera como efeito de diluição de ações ordinárias e preferenciais, o exercício das opções de compra de ações pelos empregados e administradores. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparado com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	2019	2018
Lucro atribuível aos acionistas	201.387	186.730
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares) Ajustes de:	943.564	921.219
Exercício das opções de compra de ações	7.951	3.977
Lucro por ação	0,21165	0,20183

30

Balanços patrimoniais e demonstrações do resultado por segmento O segmento industrial produz carrocerias para ônibus e peças de reposição. O segmento financeiro é responsável pelas operações de financiamento através do Banco Moneo.

Balanços patrimoniais

	(Consolidado	Industrial		Financeiro	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa Ativos financeiros mensurados ao	1.074.622	863.467	1.057.258	833.839	17.364	29.628
valor justo através do resultado	98.314	89.928	98.314	89.928	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.849	1.453	1.849	1.453	-	-
Contas a receber de clientes	863.015	1.101.973	570.099	860.481	292.916	241.492
Estoques	552.691	686.821	552.691	686.821		-
Outras contas a receber	244.728	317.346	208.274	267.900	36.454	49.446
	2.835.219	3.060.988	2.488.485	2.740.422	346.734	320.566
Não circulante						
Ativos financeiros mensurados ao						
valor justo através do resultado	51.646	13.260	51.646	13.260	-	-
Contas a receber de clientes	360.775	360.862	-	16.645	360.775	344.217
Outras contas a receber	195.172	176.675	177.173	162.328	17.999	14.347
Investimentos	472.580 48.906	482.827 49.808	472.580 48.906	482.827	-	-
Propriedades para investimentos Imobilizado	941.203	770.733	940.752	49.808 770.486	451	247
Ágio e intangível	288.177	232.551	287.741	231.959	436	592
Agio e intaligivei	200.177	232.331	207.741	231.737	430	3)2
	2.358.459	2.086.716	1.978.798	1.727.313	379.661	359.403
Total do ativo	5.193.678	5.147.704	4.467.283	4.467.735	726.395	679.969
Passivo						
Circulante	277 527	419 247	277 527	419.027		210
Fornecedores Empréstimos e financiamentos	377.527 623.543	418.247 833.995	377.527 429.428	418.037 658.884	194.115	210 175.111
Instrumentos financeiros derivativos	548	48	548	48	194.113	1/3.111
Outras contas a pagar	510.788	576.137	497.888	570.841	12.900	5.296
	1.512.406	1.828.427	1.305.391	1.647.810	207.015	180.617
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	1.179.282	1.100.165	887.574	829.968	291.708	270.197
Outras contas a pagar	143.578	84.481	141.561	81.140	2.017	3.341
	1.322.860	1.184.646	1.029.135	911.108	293.725	273.538
Participação dos acionistas não						
controladores	48.333	29.012	48.333	29.012		
Patrimônio líquido atribuível aos						
controladores	2.310.079	2.105.619	2.084.424	1.879.805	225.655	225.814
Total do passivo	5.193.678	5.147.704	4.467.283	4.467.735	726.395	679.969

Demonstrações de resultado

	Consolidado			<u>Industrial</u>		Financeiro	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	
Operações							
Receita líquida de vendas e serviços	4.314.534	4.197.468	4.276.782	4.155.112	37.752	42.356	
Custo dos produtos vendidos e dos							
serviços prestados	(3.664.255)	(3.533.152)	(3.664.255)	(3.533.152)	-	-	
Lucro bruto	650.279	664.316	612.527	621.960	37.752	42.356	
(Despesas) receitas operacionais							
Despesas com vendas	(220.754)	(251.055)	(204.405)	(214.964)	(16.349)	(36.091)	
Despesas administrativas	(188.933)	(181.812)	(170.065)	(162.335)	(18.868)	(19.477)	
Outras receitas (despesas) operacionais							
líquidas	(15.017)	(25.235)	(17.486)	(26.573)	2.469	1.338	
Resultado de equivalência patrimonial	26.006	95.071	26.006	95.071	-	-	
Lucro operacional	251.581	301.285	246.577	313.159	5.004	(11.874)	
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	255.832	205.063	255.832	205.063	-	-	
Despesas financeiras	(262.212)	(297.045)	(262.212)	(297.045)	-	-	
Lucro antes do imposto de renda e da							
Contribuição social	245.201	209.303	240.197	221.177	5.004	(11.874)	
Imposto de renda e contribuição social	(33.172)	(18.356)	(33.306)	(21.709)	134	3.353	
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	212.029	190.947	206.891	199.468	5.138	(8.521)	

31 Demonstrações dos fluxos de caixa por segmento de negócio - método indireto

<u>-</u>	Co	onsolidado	Segmento	Industrial	Segmento l	<u> Financeiro</u>
_	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		_		_		
Lucro líquido do exercício	212.029	190.947	206.891	199.468	5.138	(8.521)
Ajustes para conciliar o resultado às						
disponibilidades geradas pelas atividades						
operacionais:	0 - 1 - 1 - 1	*0.00 *	0.4.40		•••	• • •
Depreciações e amortizações	86.443	60.805	86.148	60.521	295	284
Ganho (perda) na venda de ativos de	2.025	10.000	2.010	10.00	0	50
investimentos, imobilizados e intangíveis	3.927	18.888	3.918	18.836	9	52
Equivalência patrimonial	(26.006)	(95.071)	(26.006)	(95.071)	-	-
Provisão para créditos de liquidação	(5.050)	20.220	(10.005)	20.562	11.750	15.555
duvidosa	(7.272)	38.338	(19.025)	20.563	11.753	17.775
Imposto de renda e contribuição social	22 172	10.257	22.206	21.710	(124)	(2.252)
corrente e diferido	33.172	18.357	33.306	21.710	(134)	(3.353)
Juros e variações apropriados	79.475	170.789	45.549	137.282	33.926	33.507
Participações dos não controladores	22.976	4.217	22.976	4.217	-	-
Variações nos ativos e passivos						
(Aumento) redução em contas a receber de						
clientes	260.079	(241.982)	339.814	(314.754)	(79.735)	72.772
(Aumento) redução em títulos e valores						
mobiliários	(47.168)	97.295	(47.168)	97.295	-	-
(Aumento) redução nos estoques	149.878	(147.951)	149.878	(147.951)	-	-
(Aumento) redução em outras contas a receber	56.291	(26.120)	46.951	(15.374)	9.340	(10.746)
Aumento (redução) em fornecedores	(47.811)	39.836	(47.601)	39.626	(210)	210
Aumento (redução) em contas a pagar e						
provisões	(112.880)	139.889	(117.514)	137.636	4.634	2.253
Caixa gerado pelas atividades operacionais	663.133	268.237	678.117	164.004	(14.984)	104.233
Caixa gerado peras atividades operacionais	003.133	200.237	070.117	104.004	(14.704)	104.233
Impostos sobre o lucro pagos	(36.595)	(43.006)	(33.078)	(43.043)	(3.517)	37
Caixa líquido proveniente das atividades						
operacionais	626.538	225.231	645.039	120.961	(18.501)	104.270
- F	520.000		3.0.00	120001	(10,001)	102.0

	Consolidado		Segmento Industrial		Segmento Financeiro	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Aquisição de participação em controlada Dividendos de controladas, controladas em	4.096		4.096			
conjunto e coligadas	38.928	47.433	38.928	47.433	-	-
Adições de imobilizado	(177.194)	(156.935)	(176.899)	(156.789)	(295)	(146)
Adições de intangível	(5.265)	(4.808)	(5.208)	(4.453)	(57)	(355)
Recebimento na venda de investimentos, imobilizado e intangível	888	1.536	888	1.536	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(138.547)	(112.774)	(138.195)	(112.273)	(352)	(501)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos						
Emissão de ações	69.430		69.430			
Ações em tesouraria	(14.676)	2.222	(14.676)	2.222	-	-
Empréstimos tomados de terceiros	931.837	997.911	688.118	845.798	248.719	152.113
Pagamento de empréstimos - principal	(1.116.297)	(1.101.813)	(905.418)	(893.571)	(210.879)	(208.242)
Pagamento de empréstimos - juros	(65.488)	(86.289)	(34.237)	(56.216)	(31.251)	(30.073)
Pagamento dos juros sobre o capital próprio e dividendos	(82.909)	(33.890)	(82.909)	(33.890)	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(278.103)	(221.859)	(284.692)	(135.657)	6.589	(86.202)
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	1.267	14.110	1.267	14.110	-	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	211.155	(95.292)	223.419	(112.859)	(12.264)	17.567
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	863.467	958.759	833.839	946.698	29.628	12.061
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.074.622	863.467	1.057.258	833.839	17.364	29.628

32 Informação adicional

O segmento de negócio industrial opera em regiões geográficas especificadas abaixo. O segmento de negócio financeiro opera exclusivamente no Brasil.

(a) Receita líquida por região geográfica

	Consolid		
	2019	2018	
Brasil	3.268.025	3.276.426	
África	87.374	125.667	
Argentina	23.118	-	
Austrália	449.344	484.375	
China	66.768	68.662	
Emirados Árabes	1.700	330	
México	418.205	242.008	
	4.314.534	4.197.468	

(b) Ativo imobilizado, ágio e intangível por região geográfica

	Consolidad		
	2019	2018	
Brasil	934.749	772.638	
África	15.469	14.229	
Argentina	13.429	-	
Austrália	156.138	133.043	
Canadá	58.216	53.371	
China	14.595	10.302	
México	36.394	19.630	
Uruguai	72	69	
Emirados Árabes	318	2	
	1.229.380	1.003.284	

33 Eventos subsequentes

De acordo com a Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 20 de fevereiro de 2020, foi aprovado o pagamento de dividendos por conta do exercício de 2019, no valor de R\$ 45.069, a serem pagos a razão de R\$ 0,048 por ação a partir de 03 de abril de 2020. Os dividendos serão descontados das reservas de lucros destinadas no exercício de 2019.

* * *